

CONTRATO – PROGRAMA CLIQUE SOLIDÁRIO RELATÓRIO FINAL 2003-2007

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
1- ENQUADRAMENTO.....	4
2- GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA.....	5
2.1 – CONCEPÇÃO DE INSTRUMENTOS DE SUPORTE À EXECUÇÃO DOS PROJECTOS.....	5
2.2 – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJECTOS	6
2.3 – ACÇÕES DE CONTROLO DE 1º NÍVEL REALIZADAS PELO POS_C NO ÂMBITO DO CONTRATO-PROGRAMA.....	9
3- EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	11
3.1 – APROVAÇÕES.....	11
3.1.1 – MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS.....	11
3.1.2 – MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES.....	16
3.2 – EXECUÇÃO.....	20
3.2.1 – MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS.....	20
3.2.1.1 – EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	20
3.2.1.2 – EXECUÇÃO FÍSICA.....	22
3.2.2 – MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES.....	32
4- INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO PROGRAMA CLIQUE SOLIDÁRIO.....	39
5- SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	41
6- ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	42
7- CONCLUSÃO.....	43

INTRODUÇÃO

Tendo decorrido os 5 anos de execução dos projectos financiados no âmbito do Contrato-Programa Clique Solidário (Medida 1.1 – Competências Básicas e Medida 2.1 - Acessibilidades), bem como dado o *terminus* do Contrato-Programa celebrado entre o ISS, I.P. e o POS_C, pretende-se com o presente relatório efectuar um balanço global da actividade realizada desde 2003 até ao momento.

A informação constante deste relatório resume os relatórios anuais enviados e acrescenta as actividades realizadas nos anos 2008 e 2009.

Com este propósito, iniciamos o relatório com um breve enquadramento do Programa Clique Solidário, passando depois para a gestão e acompanhamento dos projectos e para a informação sobre os instrumentos de suporte criados para a execução, monitorização e acompanhamento dos projectos. Posteriormente, é realizado um balanço da execução dos projectos, fazendo uma comparação entre o aprovado e o executado, quer em termos físicos, quer financeiros. Concluimos com uma síntese do que foi elaborado em termos de informação e publicidade, sistema de informação e assistência técnica ao Programa.

1. ENQUADRAMENTO

O contrato-programa celebrado entre o ISS, I.P. e o POS_C com o nome de "Clique Solidário" foi celebrado a 12 de Março de 2002 e englobava dois eixos prioritários:

- ✿ **Eixo 1 – Medida 1.1 – Competências Básicas (FSE)**, que financiava actividades de natureza formativa que visassem a atribuição do Diploma de Competências Básicas;
- ✿ **Eixo 2 – Medida 2.1 – Acessibilidades (FEDER)**, que financiava a aquisição de equipamento para instalação de um espaço Internet.

Inicialmente este contrato foi celebrado por um período de 3 anos, tendo depois sido prorrogado até ao ano 2007.

A execução do Programa foi dividida em duas Fases, tendo a primeira decorrido de 2003 a 2006, que abrangeu o financiamento da Medida 1.1 e 2.1, e a segunda decorrido no ano 2007, na qual foi circunscrito o financiamento aos projectos da Medida 1.1.

A criação deste Contrato-Programa decorreu das prioridades estabelecidas nos PNAI 2003-2005 e 2006-2008 em termos de generalização do acesso das novas tecnologias de informação e comunicação, tendo Portugal definido como uma das metas a ligação à Internet de todos os equipamentos sociais da rede solidária e da rede pública, visando explorar plenamente o potencial da sociedade do conhecimento e das novas tecnologias da informação e da comunicação e assegurar que ninguém seja delas excluído, dando, uma atenção especial às necessidades das pessoas com deficiência.

Neste contexto, o objectivo fulcral deste Programa consistiu na promoção da sociedade da informação e do conhecimento e o combate à info-exclusão em Portugal.

2. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA

2.1. CONCEPÇÃO DE INSTRUMENTOS DE SUPORTE À EXECUÇÃO DOS PROJECTOS

O ISS, I.P. criou todos os instrumentos necessários à apresentação de candidaturas, execução e acompanhamento dos projectos das Medidas 1.1 e 2.1 do Programa Clique Solidário.

Os documentos de suporte à apresentação de candidaturas e execução dos projectos foram elaborados com base nos documentos já utilizados pelo POS_C.

Para além destes documentos, o ISS, I.P. criou também documentos internos, de forma a apoiar e sintetizar as informações prestadas pelas entidades beneficiárias.

Estes instrumentos foram apresentados em anexo a cada um dos relatórios anuais do Contrato-Programa elaborados pelo ISS e apresentados ao POS_C.

2.2. MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJECTOS

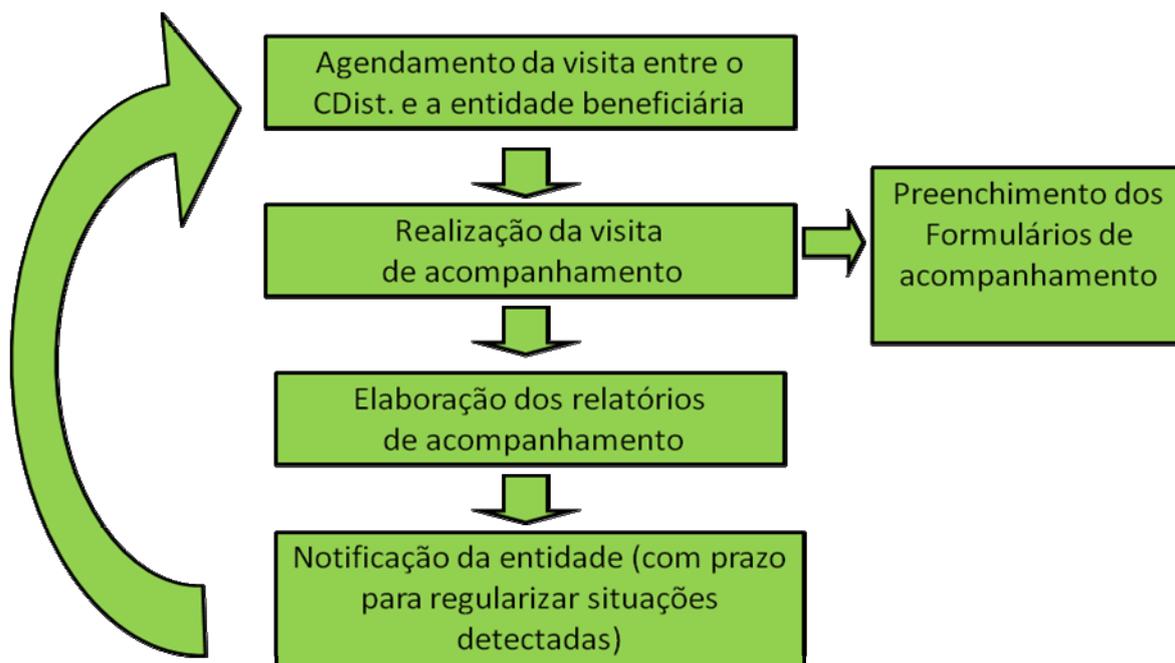
Durante o contrato-programa, o ISS, I.P., através dos 18 Centros Distritais de Segurança Social (CDist.), assumiu a total responsabilidade pela monitorização e acompanhamento dos projectos financiados pelo Programa Clique Solidário, quer ao nível da execução física, mas também ao nível da execução financeira.

Como política para a realização deste acompanhamento, foi estipulada uma meta de 2 visitas por ano a cada projecto em execução e a presença, em cada um das visitas, de, pelo menos, um técnico da área técnico-pedagógica e um técnico da área contabilístico-financeira do ISS, I.P./CDist.

Para a realização deste acompanhamento foi criado um **Manual de orientações para a realização de acções de acompanhamento aos projectos**, o qual continha as orientações para a realização de visitas de acompanhamento, bem como todos os instrumentos necessários à sua realização, designadamente:

- Formulário de Acompanhamento FSE e FEDER;
- Relatório de Acompanhamento FSE e FEDER;
- Listagem do equipamento financiado;
- Relatório de contagem física do equipamento financiado;
- Minuta da informação de aprovação dos Relatórios de Acompanhamento pelos Directores do CDist.;
- Minuta do ofício de envio dos Relatórios de Acompanhamento às entidades promotoras.

O acompanhamento aos projectos baseou-se no circuito seguinte:

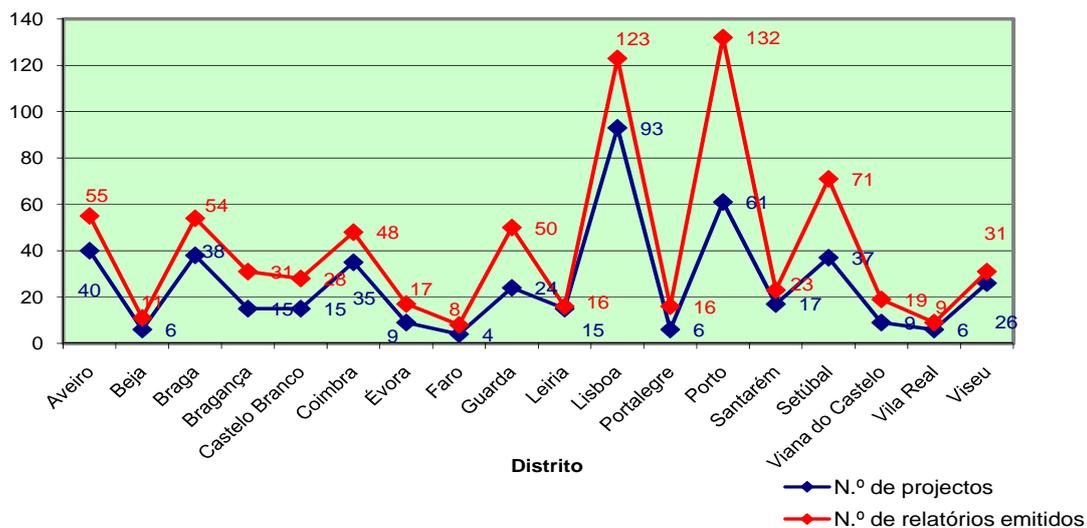


Para a harmonização do acompanhamento a nível nacional, foram realizadas visitas conjuntas e realizados diversos encontros de âmbito nacional entre a equipa de projecto central e a equipa de cada um dos CDist.

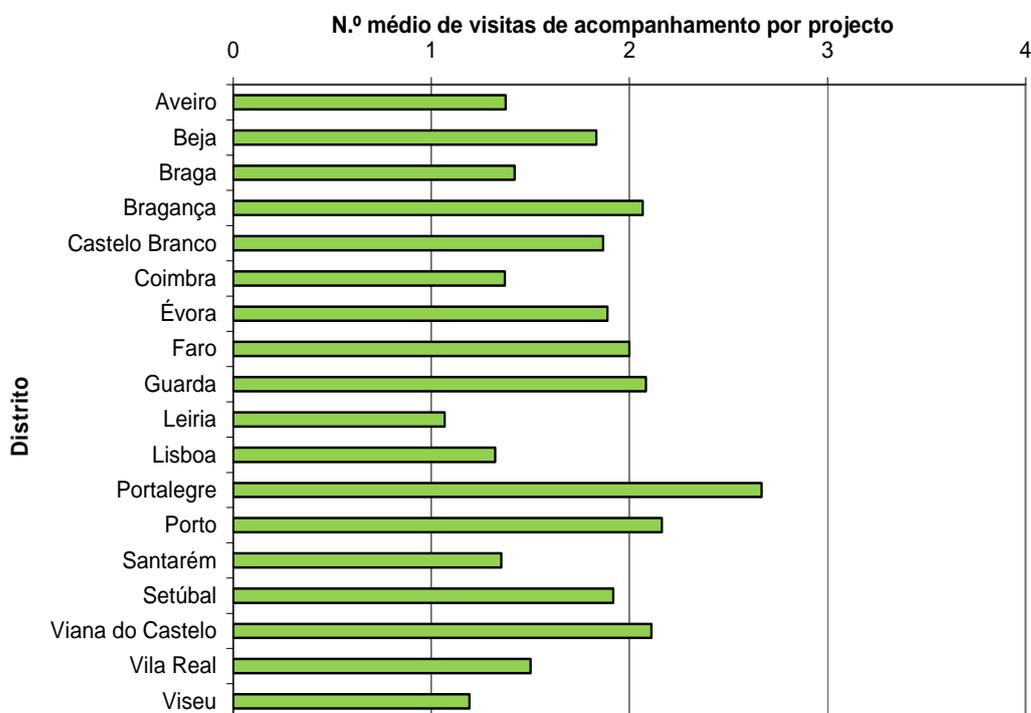
Foi realizado um total de 816 visitas de acompanhamento, das quais 523 aos projectos da Medida 1.1 e 293 aos projectos da Medida 2.1.

Ano	FSE	FEDER	TOTAL
2004	10	10	20
2005	63	63	126
2006	220	220	440
2007	230	0	230
TOTAL	523	293	816

O gráfico abaixo traduz a comparação entre o número de projectos em execução e o número de visitas de acompanhamento realizadas por distrito, permitindo constatar que o número de visitas realizadas foi, em todos os distritos, superior ao número de projectos em execução.



Neste sentido, verifica-se que o número médio de visitas de acompanhamento realizadas por projecto corresponde a 1,5, verificando-se que os distritos de Bragança, Faro, Guarda, Portalegre, Porto e Viana do Castelo ultrapassam a realização de 2 visitas, em média, por projecto.



Na sequência da realização destas visitas de acompanhamento e não havendo por parte dos projectos quaisquer recomendações a implementar, procedeu-se ao encerramento administrativo de todos os projectos e ao pagamento dos respectivos saldos final.

2.3. ACÇÕES DE CONTROLO DE 1º NÍVEL REALIZADAS PELO POS_C NO ÂMBITO DO CONTRATO-PROGRAMA

No âmbito das suas competências como entidade gestora, o POS_C procedeu à realização de acções de controlo de 1º nível a alguns dos projectos financiados pela Medida 1.1 do Programa Clique Solidário, as quais foram realizadas pela Equipa de Apoio Técnico à Gestão do Programa.

Com este objectivo, foram seleccionados pelo POS_C 1 projecto do distrito de Braga, 1 do distrito de Beja, 1 do distrito de Bragança, 1 do distrito de Castelo Branco, 1 do distrito de Coimbra, 2 do distrito de Lisboa, 1 do distrito de Portalegre, 1 do distrito do Porto e 2 do distrito de Setúbal.

Na sequência da realização destas acções, foram emitidos relatórios de controlo nos quais foram mencionadas as situações detectadas durante as visitas, tendo-se verificado nalguns dos projectos a existência de despesas não elegíveis que não foram detectadas nas visitas de acompanhamento realizadas pelo ISS, I.P.

Neste sentido, e dando cumprimento às recomendações do POS_C constantes destes relatórios, o ISS, I.P. procedeu à reabertura do pedido de pagamento de saldo referente aos projectos nos quais foram constatadas despesas não elegíveis.

Foram elaboradas 7 propostas de reabertura, que se traduziram em ajustamentos financeiros, os quais se encontram identificados no ponto 3.2.1.1. do presente relatório.

Para além destas acções de controlo que o POS_C realizou por sua iniciativa, o ISS, I.P. solicitou também a realização de uma acção de controlo de 1º nível a um dos

projectos da Medida 1.1, por este, nas visitas de acompanhamento realizadas pelo, apresentar situações de assinalável gravidade no desenvolvimento do projecto.

3. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

3.1. APROVAÇÕES

3.1.1. MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS

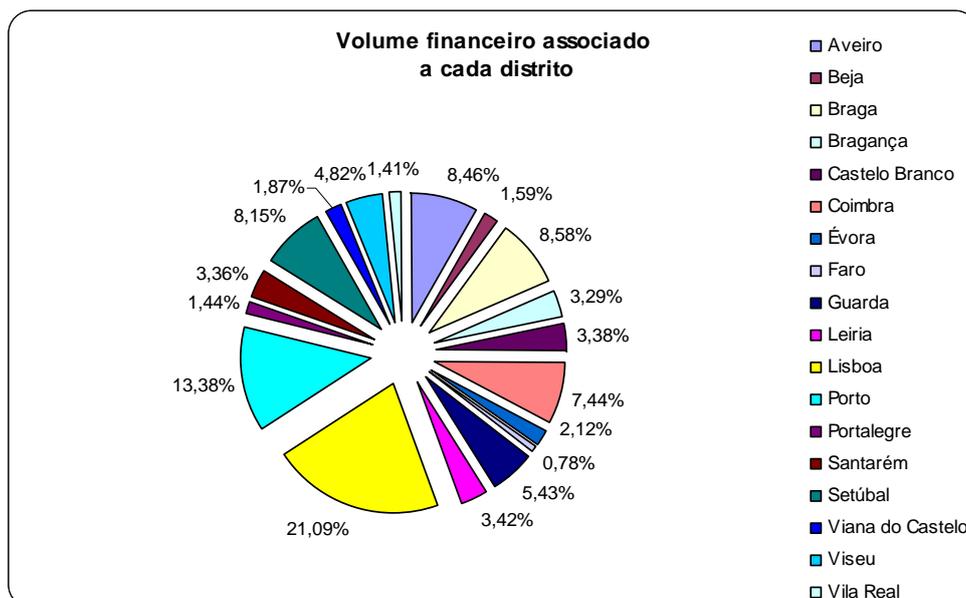
O número de projectos aprovados no âmbito da Medida 1.1, correspondentes a 160 na Fase I e 142 na Fase II, sofreu alterações, nomeadamente no que se refere à Fase I uma vez que 4 dos projectos aprovados (40/1.1/ISSS/LIS, 75/1.1/ISSS/LIS, 198/1.1/ISSS/SAN, 412/1.1/ISSS/VIS) foram revogados por não terem sido cumpridas todas obrigações constantes Regulamento de Acesso à Medida 1.1 "Competências Básicas", de todas as clausulas do Termo de Aceitação à Decisão de Aprovação da Medida 1.1, de todos os Artigos da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro e de todos os Artigos do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro. Assim, dos 160 projectos inicialmente aprovados na Fase I, atinge-se um universo de 156 projectos aprovados.

Os 156 projectos aprovados para a Fase I (anos 2004, 2005 e 2006) e os 142 projectos da Fase II (ano 2007), correspondem a um volume financeiro total aprovado de 7.851.745,66 €, valor ligeiramente inferior ao volume inicial de 8.001.848,13 €. Conclui-se assim que a revogação dos 4 projectos significou uma diminuição de 150.102,47 € no montante inicialmente aprovado no âmbito desta Medida.

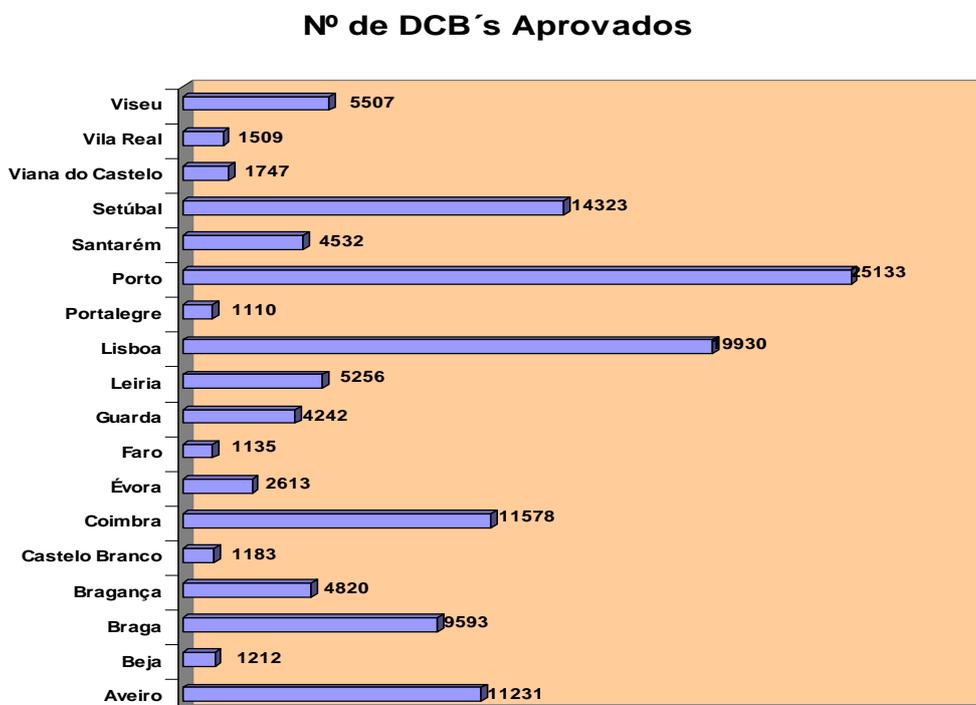
O quadro seguinte apresenta a nova distribuição do volume financeiro para a Medida 1.1:

Distrito	Fase I	Fase II	Total
Aveiro	518.736,15 €	145.431,25 €	664.167,40 €
Beja	93.597,18 €	31.037,26 €	124.634,44 €
Braga	485.551,03 €	188.131,60 €	673.682,63 €
Bragança	183.390,87 €	74.828,45 €	258.219,32 €
Castelo Branco	189.772,12 €	75.396,11 €	265.168,23 €
Coimbra	423.207,29 €	161.311,09 €	584.518,38 €
Évora	119.913,15 €	46.436,73 €	166.349,88 €
Faro	61.548,37 €	0,00 €	61.548,37 €
Guarda	337.353,58 €	88.930,03 €	426.283,61 €
Leiria	191.881,75 €	77.001,57 €	268.883,32 €
Lisboa	1.215.494,43 €	440.053,59 €	1.655.548,02 €
Porto	762.028,71 €	288.795,44 €	1.050.824,15 €
Portalegre	83.210,55 €	29.479,42 €	112.689,97 €
Santarém	192.781,32 €	70.826,99 €	263.608,31 €
Setúbal	484.498,43 €	155.433,46 €	639.931,89 €
Viana do Castelo	103.654,86 €	42.894,75 €	146.549,61 €
Viseu	273.659,02 €	104.556,34 €	378.215,36 €
Vila Real	79.530,39 €	31.392,38 €	110.922,77 €
Total	5.799.809,20 €	2.051.936,46 €	7.851.745,66 €

Como se pode verificar pela análise deste quadro e do gráfico abaixo, que apresenta a distribuição percentual por distrito do montante financeiro associado à Medida 1.1, o distrito que apresenta maior volume financeiro associado é Lisboa, o que se explica pelo facto de manter o maior número de projectos aprovados, mesmo após a revogação de 2 dos seus projectos. O distrito com menor volume financeiro associado é o de Faro uma vez que têm apenas 2 projectos aprovados nesta Medida, os quais não tiveram continuidade na Fase II.



No que se refere aos **indicadores físicos** e ao **número de DCB's previstos**, as entidades propuseram-se atribuir **126.654 DCB's**, destacando-se os distritos do Porto, Lisboa, Setúbal e Coimbra com valores mais elevados, e os distritos de Vila Real, Portalegre, Faro e Beja com os valores mais baixos. Assim a sua distribuição é a seguinte:



Sobre as **acções de formação**, e decorrente das candidaturas apresentadas entre os anos 2004 a 2007, foram aprovadas 18.220 acções de formação, abrangendo um total de 58.907 destinatários, com um volume de formação associado de 729.638 horas.

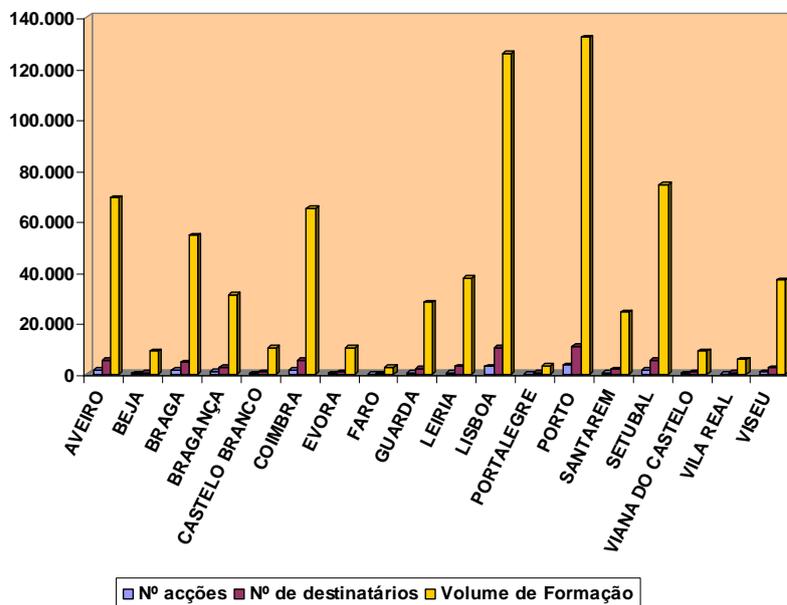
Acções de Formação previstas (2004 a 2007)					
Período	Nº acções	Nº de destinatários	Nº de Horas por Acção	Total Horas	Volume de Formação
2004 a 2006	14.366	46.126	12	175.593	566.687
2007	3.854	12.781	12	49.506	162.951
2004 a 2007	18.220	58.907	12	225.099	729.638

Na sua distribuição distrital, e como é descrito no quadro seguinte, destacaram-se também os distritos do Porto, Lisboa, Setúbal, Aveiro e Coimbra, com os maiores valores apresentados:

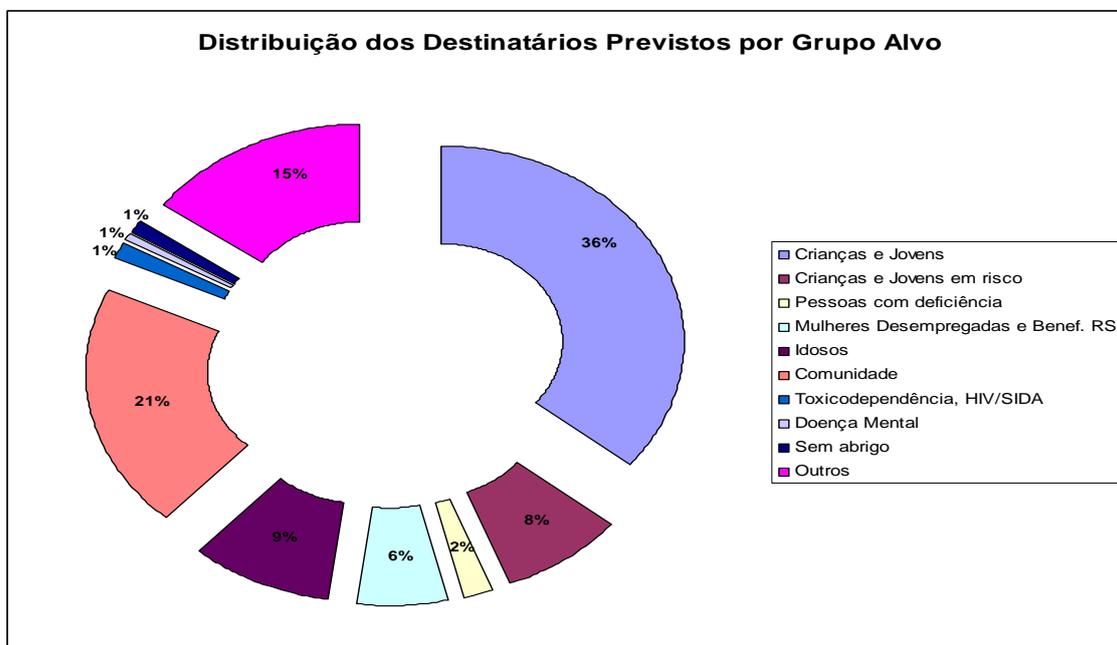
Acções de Formação previstas (2004 a 2007)					
Nº de Projecto	Nº acções	Nº de destinatários	Volume de Formação	Total Horas	Nº de Horas por Acção
Aveiro	1.542	5.409	69.097	20.159	12
Beja	220	658	9.004	3.012	13
Braga	1.553	4.665	54.459	18.138	12
Bragança	966	2.887	31.267	10.478	13
Castelo Branco	236	721	10.423	3.432	13
Coimbra	1.677	5.380	64.982	20.333	13
Évora	288	859	10.308	3.456	12
Faro	78	231	2.667	902	6
Guarda	670	2.277	28.233	8.560	13
Leiria	707	3.009	37.872	9.072	13
Lisboa	3.057	10.254	125.629	36.190	12
Portalegre	121	404	3.416	1.054	13
Porto	3.544	10.802	131.987	43.326	13
Santarém	622	2.013	24.253	7.508	12
Setúbal	1.756	5.516	74.415	23.752	13
Viana do Castelo	248	736	9.063	3.053	13
Vila Real	156	519	5.690	1.708	13
Viseu	779	2.567	36.873	10.967	13
Total	18.220	58.907	729.638	225.099	12

Em contraponto, e analisando o seguinte gráfico, são os distritos de Beja, Portalegre, Faro e Vila Real que apresentam valores menos expressivos.

Acções de Formação previstas (2004 a 2007)



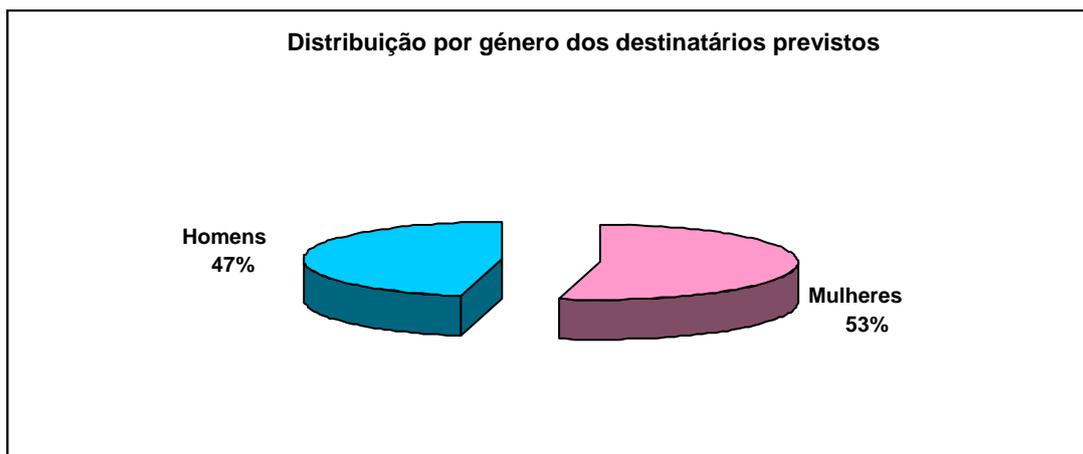
No que respeita aos dados respeitantes ao n.º de destinatários a abranger, segundo o grupo-alvo a que pertencem, apresenta-se o seguinte gráfico:



Verifica-se a existência de uma predominância clara do grupo alvo Crianças e Jovens (36%), seguido dos grupos Comunidade com 21% e Outros com 15%, onde se destacam os estudantes, pessoas empregadas e pessoas reformadas. No pólo oposto

encontram-se os Sem Abrigo, Pessoas com Doença Mental, Pessoas com deficiência, Toxicodependentes e Pessoas com HIV/Sida totalizando 5 %.

No que respeita à distribuição dos destinatários face ao Género, e conforme se verifica no quadro seguinte, destaca-se o género feminino com uma percentagem ligeiramente superior (53 %) em relação ao Género Masculino (47 %).



3.1.2 MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES

O âmbito desta medida incidiu apenas sobre os anos de 2004 a 2006 (Fase I) deste Programa, não tendo existido abertura de novo período de candidaturas para o ano de 2007, como aconteceu na Medida 1.1 – Competências Básicas.

O financiamento atribuído permitiu às entidades a aquisição do equipamento informático mínimo, indispensável à abertura e funcionamento do espaço internet, nomeadamente: 3 computadores, 1 impressora, 1 scanner, 1 router e hub e 1 software.

Quanto ao número de projectos, verificou-se uma alteração no número de projectos aprovados, com a revogação de 4 projectos, nomeadamente dos projectos n.º s 197/2.1/ISSS/SAN, 40/2.1/ISSS/LIS, 74/2.1/ISSS/LIS e 413/2.1/ISSS/VIS. As causas que conduziram ao processo de revogação, prendem-se com o não cumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Acesso à Medida 2.1 e de algumas cláusulas e objectivos a que as entidades se comprometeram no Termo de Aceitação à Decisão de Aprovação. Assim, dos 156 projectos inicialmente aprovados, atinge-se

um universo de 152 projectos aprovados, a que corresponde um volume financeiro de € 721.321,99, valor ligeiramente inferior ao volume financeiro inicial de €739.985,80. Desta forma, conclui-se que a revogação destes 4 projectos, significou uma diminuição de 18.663,81€ no montante aprovado, no âmbito desta Medida.

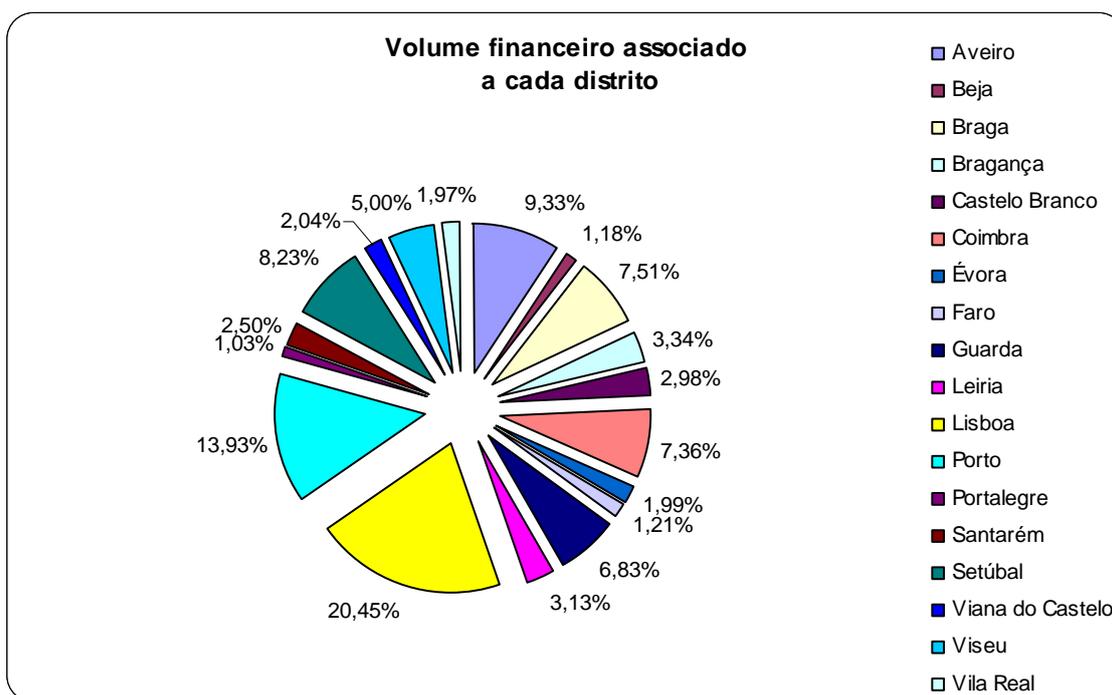
Abaixo apresenta-se a nova distribuição do volume financeiro para a Medida 2.1, tendo em conta os factos acima relatados:

Euros

Distrito	N.º de projectos	Volume Financeiro Associado
Aveiro	14	67.311,19
Beja	2	8.505,63
Braga	12	54.154,22
Bragança	5	24.079,86
Castelo Branco	5	21.516,91
Coimbra	11	53.095,27
Évora	3	14.343,69
Faro	2	8.721,83
Guarda	9	49.259,40
Leiria	5	22.574,48
Lisboa	31	147.488,58
Portalegre	2	7.422,43
Porto	20	100.465,82
Santarém	5	18.012,30
Setúbal	13	59.365,41
Viana do Castelo	3	14.736,51
Vila Real	2	14.231,83
Viseu	8	36.036,63
Total	152	721.321,99

Como se pode verificar pela análise deste quadro e do gráfico abaixo, que apresenta a distribuição percentual por distrito do montante financeiro associado à Medida 2.1, o distrito que apresenta maior volume financeiro associado é Lisboa, o que se explica pelo facto de manter o maior número de projectos aprovados, mesmo após a revogação de 2 dos seus projectos. Os distritos com menor volume financeiro

associado são os distritos de Beja, Faro e Portalegre, uma vez que têm apenas 2 projectos aprovados nesta Medida. No que diz respeito ao distrito de Vila Real, também com apenas 2 projectos aprovados, uma das entidades beneficiárias tem como destinatários pessoas portadoras de deficiência, tendo por esse motivo solicitado verba para a aquisição de equipamento dirigido a este grupo-alvo, pelo que apresenta um volume financeiro superior para o mesmo número de projectos aprovados.



Assim, o financiamento total aprovado para a Medida 2.1 equivale aos seguintes indicadores físicos:

- Computadores – 494
- Impressoras – 163
- Impressoras/Scanner - 52
- Softwares – 501
- Scanner – 97
- Router/Hub/Switch – 167
- Equipamento para cidadãos com necessidades especiais – 164
- Ligação à internet – 66

3.2 EXECUÇÃO

3.2.1 MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS

3.2.1.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA

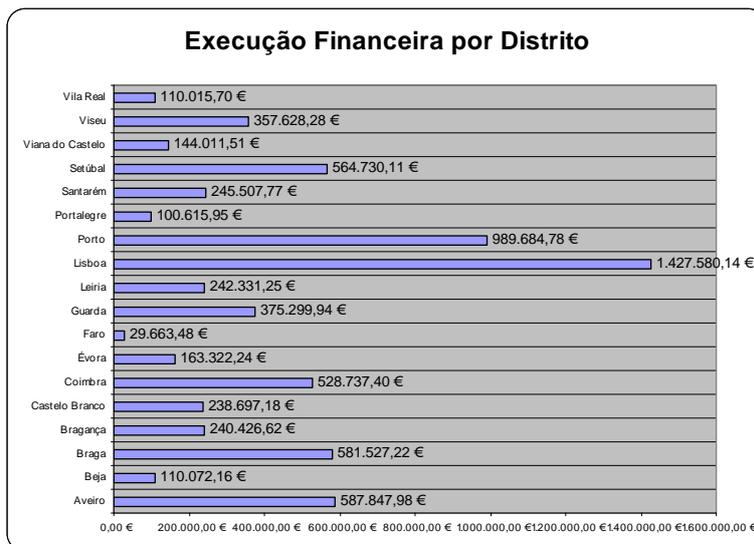
A totalidade da Medida 1.1. do Contrato-Programa, que inclui as Fases I e II, correspondeu a um volume financeiro executado de **7.037.699,71 €**, o que equivale a uma taxa de execução de 88%:

	2004	2005	2006	2007	Total
Valor Aprovado em Contrato-Programa	1.463.707,84 €	2.237.825,12 €	2.287.846,86 €	2.051.936,46 €	8.041.316,28 €
Valor Executado	1.230.401,77 €	2.009.110,16 €	1.912.605,95 €	1.885.581,83 €	7.037.699,71 €
Taxa de Execução	84%	90%	84%	92%	88%

Através da análise do quadro acima verifica-se que, tanto na Fase I como na Fase II, a taxa de execução financeira foi bastante elevada, o que confirma a boa visibilidade destes projectos.

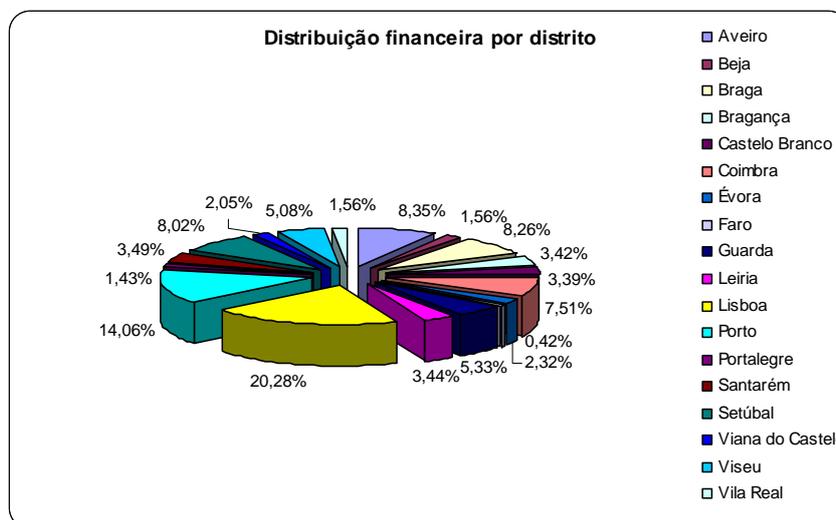
Salienta-se que os valores apresentados incluem as reaberturas dos pedidos de pagamento de saldo decorrentes das recomendações dos relatórios das acções de controlo de 1º nível realizadas pelo POS_C a alguns dos projectos da Medida 1.1 nas quais foram detectadas algumas despesas não elegíveis.

Assim, a execução financeira que encerra a Medida 1.1 deste Contrato-Programa caracteriza-se pela seguinte distribuição por distrito:



Da análise do gráfico destacam-se os distritos de Lisboa, Porto, Aveiro e Braga, visto terem sido estes que registaram uma execução financeira mais significativa em termos absolutos. Tal é justificado pelo facto de terem um maior número de projectos aprovados. Embora o distrito de Coimbra tenha igual número de projectos aprovados de Setúbal, obteve uma execução, em termos absolutos, inferior à deste.

Analisando a distribuição por distrito, em termos percentuais, da execução financeira acumulada, obtém-se o resultado seguinte:



Os distritos que tiveram um maior peso em termos financeiros foram: Lisboa, com 20,28% do montante total executado, Porto com 14,06%, Aveiro com 8,35% e Braga com 8,26%, Setúbal com 8,02% e por fim Coimbra com cerca de 7,5%.

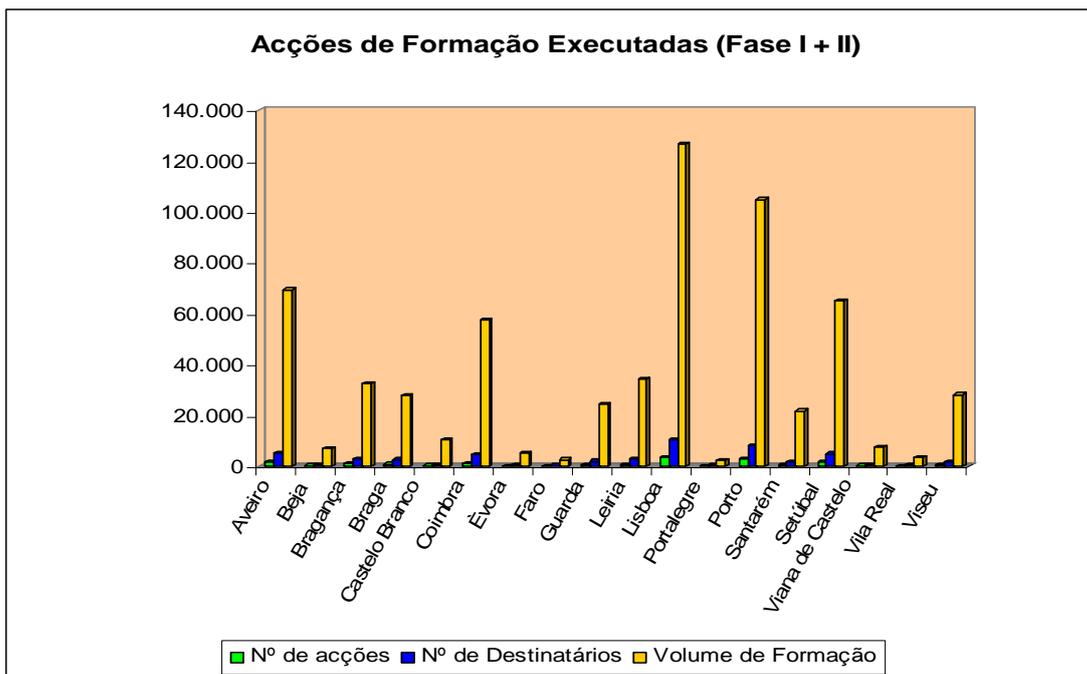
3.2.1.2 EXECUÇÃO FÍSICA**A. TOTAL DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO**

Pela análise do seguinte quadro, o Programa no que respeita a Acções de natureza Formativa atingiu no total das duas Fases, uma execução total de 15.960 acções.

Acções de Formação Executadas - Fase I e II			
Distrito	Nº de acções	Nº de Destinatários	Volume de Formação
Aveiro	1.494	5.370	69.376
Beja	175	521	7.022
Bragança	942	2.851	32.390
Braga	881	2.611	27.964
Castelo Branco	221	704	10.419
Coimbra	1.300	4.450	57.595
Évora	150	443	5.301
Faro	70	207	2.505
Guarda	596	1.932	24.351
Leiria	666	2.857	34.284
Lisboa	3.371	10.486	126.832
Portalegre	122	379	2.429
Porto	2.814	8.287	104.808
Santarém	578	1.838	21.695
Setúbal	1.764	4.829	65.063
Viana do Castelo	203	602	7.554
Vila Real	100	340	3.473
Viseu	513	1.653	28.080
TOTAL	15.960	50.360	631.141

No que se refere ao número de destinatários, foram abrangidas pelas acções de formação em TIC um total de 50.360 pessoas no âmbito deste Contrato – Programa. Em consequência disso o volume de formação traduziu-se num total acumulado de 631.141 horas.

Quanto à sua distribuição por distrito, destacam-se os distritos onde se verifica uma maior densidade habitacional nomeadamente Lisboa, Porto, Aveiro, Setúbal e Coimbra, com uma maior execução de acções de formação. No pólo oposto, os distritos que desenvolveram menos acções de formação foram Faro, Portalegre e Vila Real.



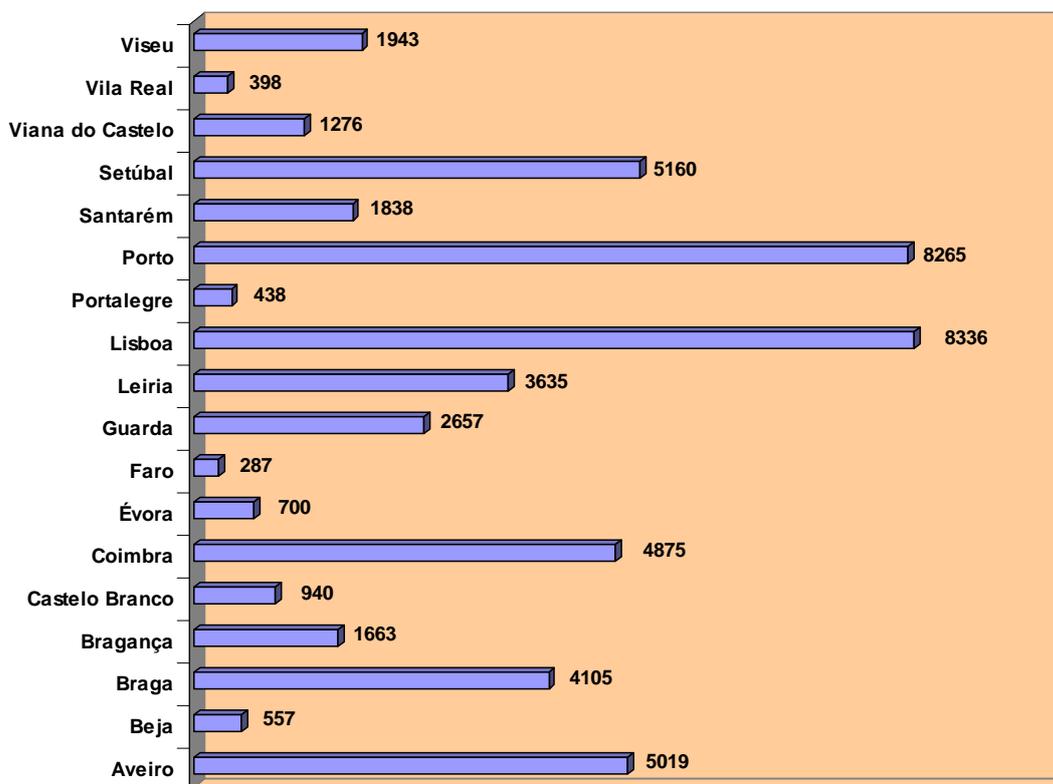
Pela análise do quadro seguinte, conclui-se que, em termos físicos os valores respeitantes ao executado são ligeiramente inferiores ao previsto, mostrando que as entidades foram algo ambiciosas nos valores previstos.

	Fase I + Fase II			
	Nº acções	Nº de destinatários	Total Horas	Volume de Formação
Previstas	18.220	58.907	225.099	729.638
Realizadas	15.960	50.360	143.180	631.141
Taxa de Execução	87,60%	85,49%	63,61%	86,50%

B. TOTAL DE DIPLOMAS DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS

O total nacional de DCB's atribuídos nos anos em que decorreu este Programa (2004 a 2007) foi de 52.092 e a distribuição distrital dos mesmos foi a seguinte:

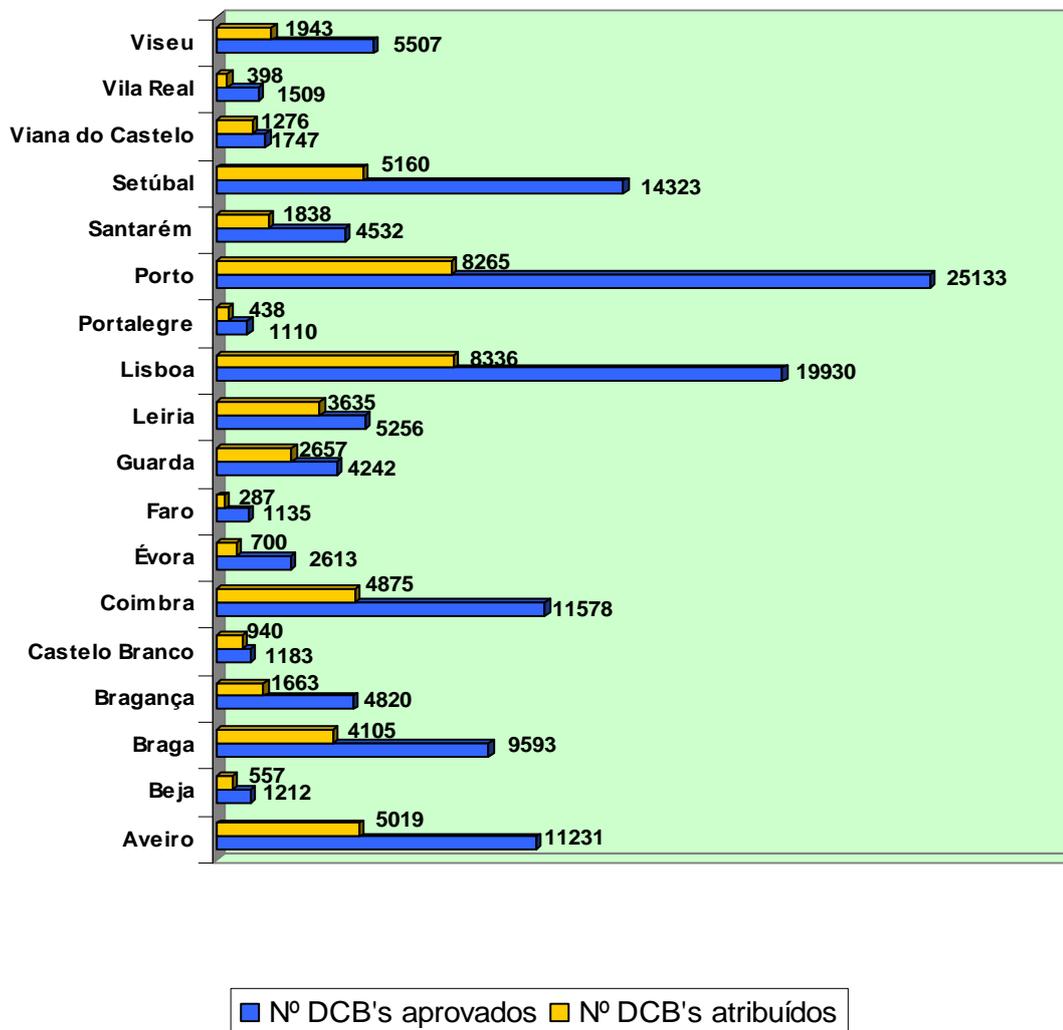
DCB's Atribuídos (Fase I + II)



Acompanhando os números relativos ao total das acções, constata-se que os distritos que atribuíram maior número de DCB's (isto é, os que saíram aprovados das acções de certificação) foram os Distritos do Porto, Lisboa, Aveiro, Coimbra, Setúbal e Braga.

Na mesma perspectiva com a execução medida em termos de DCB's atribuídos por Distrito e confrontando o número de DCB's aprovados para as duas fases, temos o seguinte gráfico:

DCB's aprovados/atribuídos - Fase I e II



Da análise do gráfico é possível verificar que são os Distritos do Porto, Lisboa, Aveiro, Setúbal e Coimbra que em termos absolutos apresentam uma execução mais elevada, muito embora em termos relativos sejam os Distritos de Castelo Branco com a execução de 79,46 do aprovado, Viana do Castelo (73,04%) e Leiria (69,16%), que têm uma execução mais elevada quando comparamos o aprovado em sede de candidatura e o que foi já realizado.

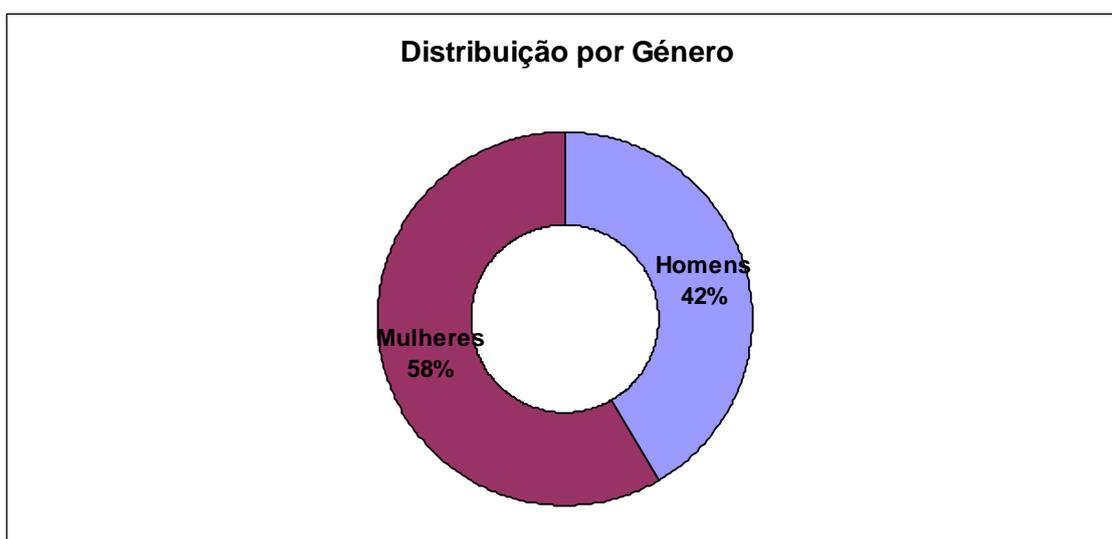
Saliente-se que o total de DCB's aprovados foi de **126.654** e os DCB's atribuídos a nível nacional ao longo do Programa foram **52.092**, o que se traduz numa taxa de

execução de **41,13%** dos DCB's aprovados, revelando que as entidades foram demasiado ambiciosas na formulação dos objectivos a atingir.

C. Caracterização dos Destinatários

▪ *Acções de Certificação – Diplomas de Competências Básicas (DCB's) executados*

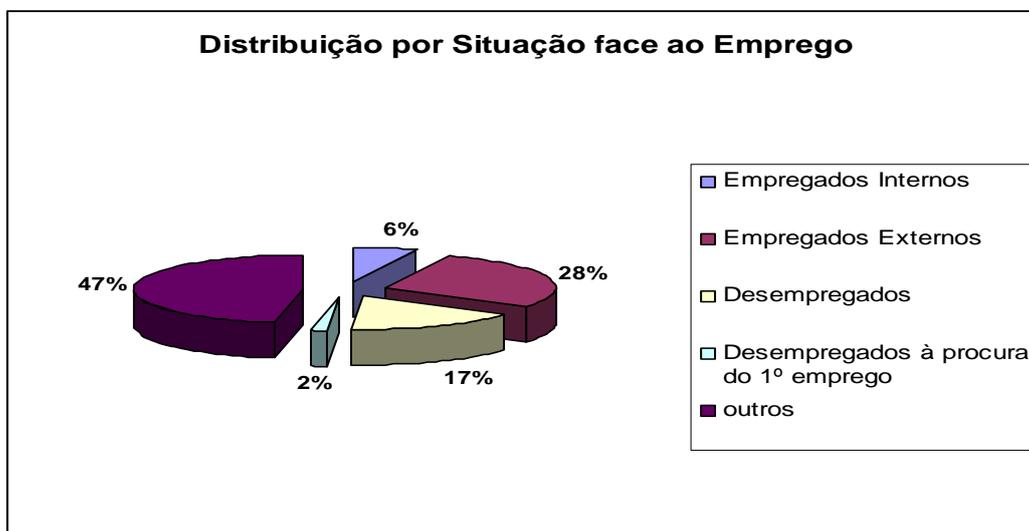
Relativamente aos destinatários das acções de certificação efectuadas durante estas duas fases do Projecto, destaca-se que:



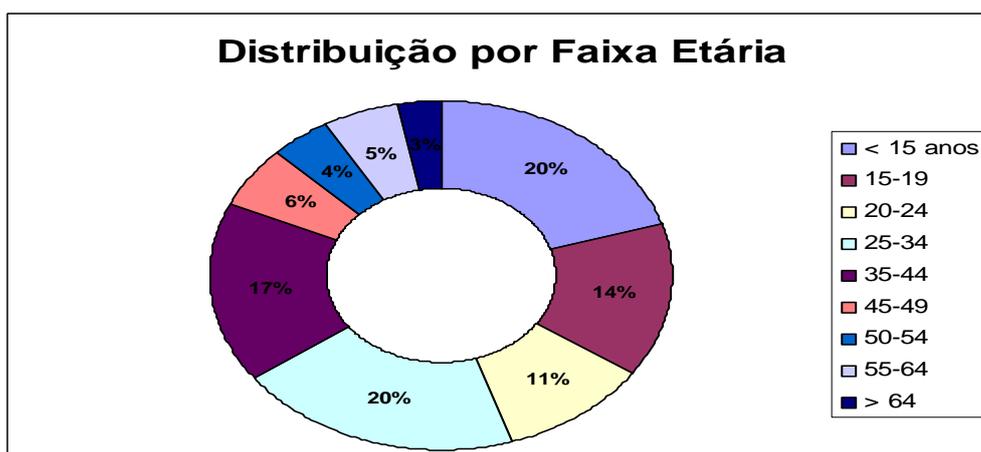
As mulheres têm um maior peso que os homens, sendo as primeiras 58% do total dos formandos e os homens 42% dos formandos.

No que respeita à **situação face ao emprego** das pessoas que frequentaram a certificação, e conforme análise do seguinte gráfico, verifica-se que há uma grande diversidade de situações, sobressaindo no entanto o grupo dos empregados externos à instituição promotora da formação, sendo estes 28% do total. O grupo dos desempregados e desempregados à procura do 1º emprego também tem um peso relevante, sendo estes 19% do total. Contudo, é de salientar que a categoria "Outros" é a que apresenta maior peso, com 47% do total dos formandos, que não estando tipificada se supõe que de uma forma geral integre quase na sua totalidade

estudantes, beneficiários de outras acções de formação e mesmo pessoas reformadas.

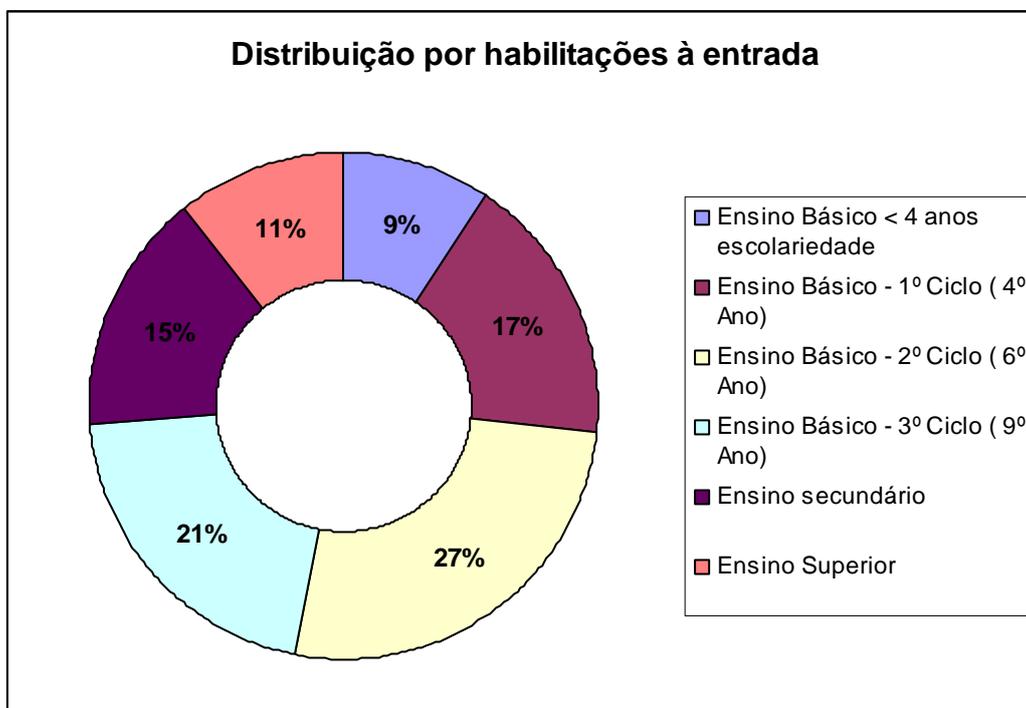


Relativamente à **Faixa Etária** a que pertencem, pode dizer-se que sensivelmente 82% da população em causa tem menos de 44 anos, e que destes, 20% tem idades entre 25 e os 34 anos. Podendo daqui concluir-se que quem procura a certificação em Competências Básicas são essencialmente pessoas em idade activa havendo, no entanto, procura por parte de pessoas de todas as faixas etárias, inclusive idosos (3% do total).



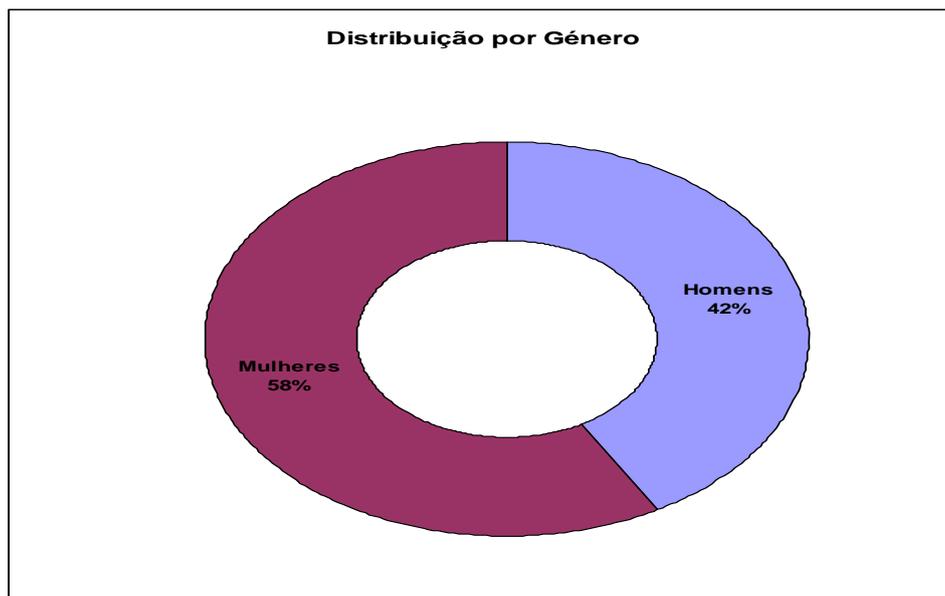
A distribuição por **habilitações à entrada** dos frequentadores das acções também é muito diverso, havendo uma maior incidência de formandos com o Ensino Básico – 2.º Ciclo (6.º ano), representando 27% do total, e com o Ensino Básico – 3.º Ciclo (9.º

ano) representando 21%, assim como o Ensino Básico – 1º Ciclo (4º Ano) com 17% do total.

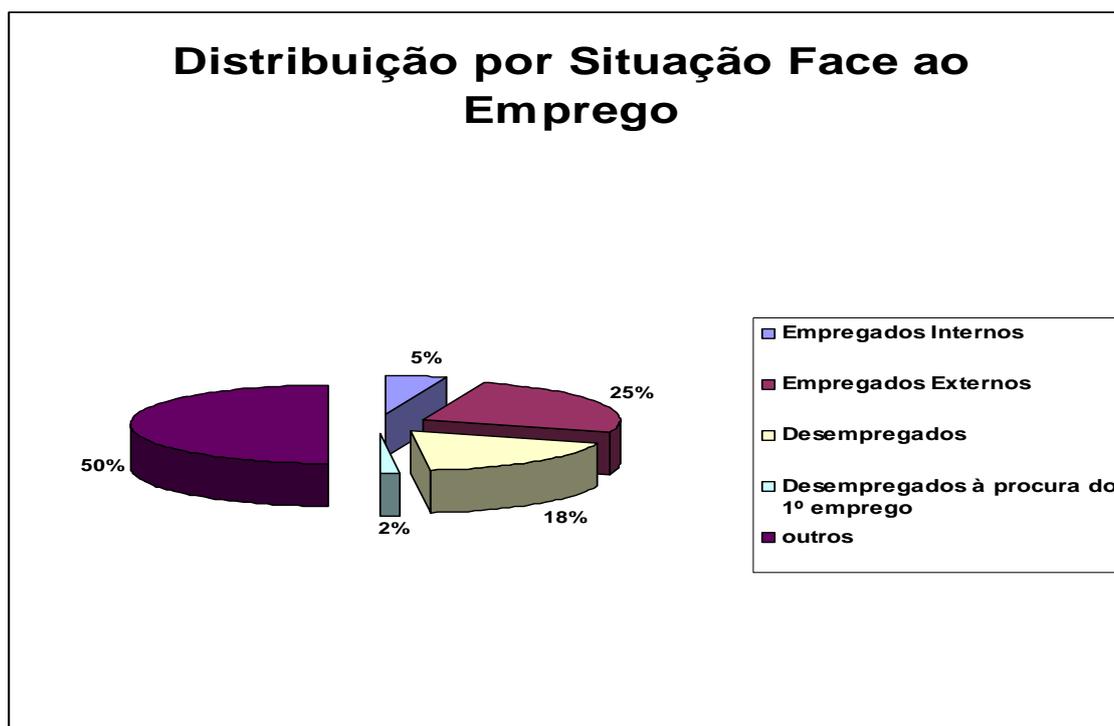


▪ ***Acções de Formação em Tecnologias de Informação e Conhecimento (TIC's)***

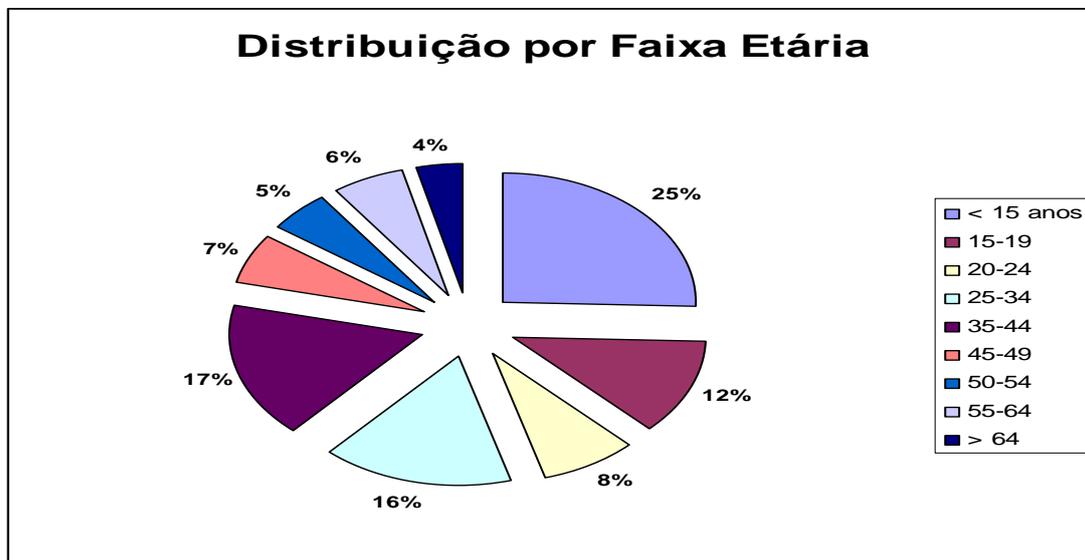
Relativamente aos destinatários das Acções de Formação, caracterizam-se da seguinte forma:



Tal como na certificação também nas acções de formação são as mulheres que têm um maior peso, sendo estas 58% do total enquanto os homens totalizam os restantes 42%.

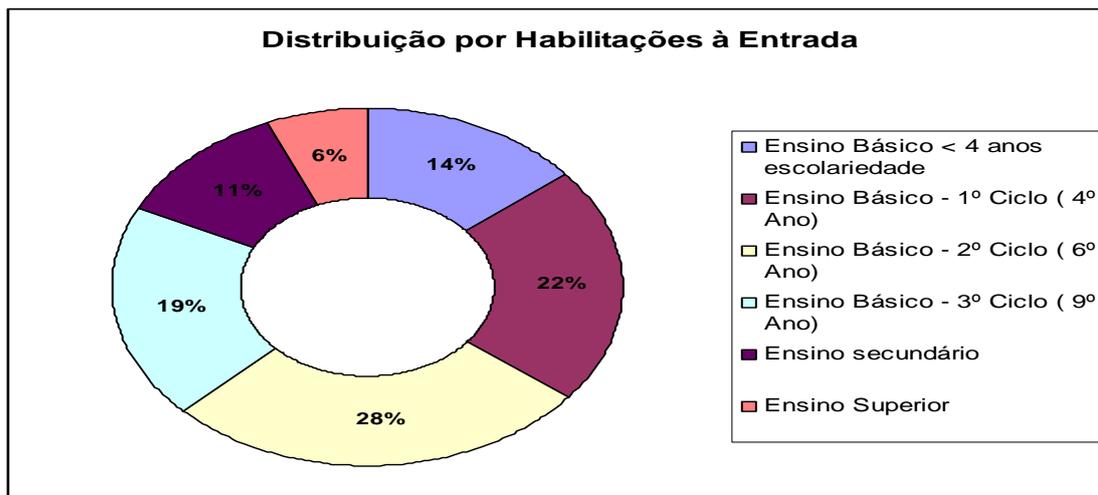


Quanto à **situação face ao emprego**, destaca-se o grupo dos empregados externos e uma vez mais é a tipologia "Outros" a que tem maior peso e na qual se inserem os jovens estudantes, reformados e beneficiários de outras acções de formação.



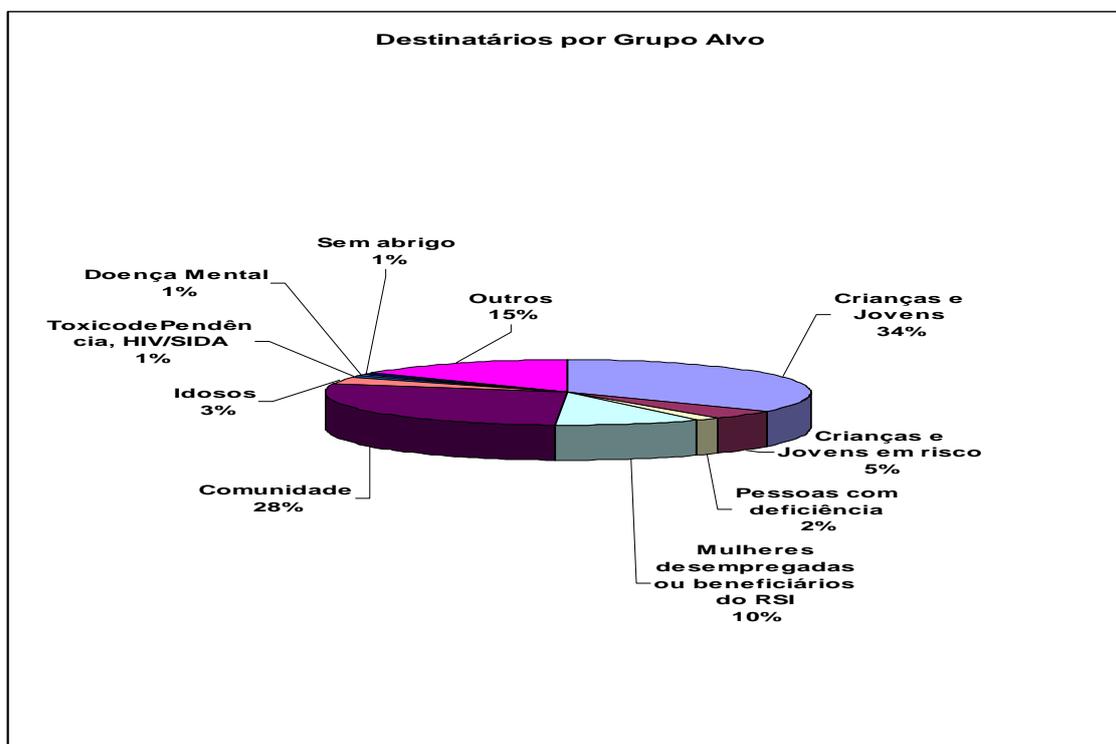
Quanto à **faixa etária** a que pertencem, as faixas etárias mais representativas são a dos menores de 15 anos e entre os 35 e os 44 anos, onde ambas apresentam respectivamente 42% do total. De salientar que 78% dos formandos têm menos de 44 anos, o que permite concluir que, embora todas as faixas etárias estejam representadas, a maioria dos formandos são jovens.

Da análise do seguinte quadro, e no que respeita às **Habilitações à Entrada** verifica-se que 83% dos destinatários, à entrada na formação, tinha ou estava a frequentar o Ensino Básico e apenas 17% tinha habilitações ao nível do Ensino Secundário ou Ensino Superior.



▪ **Caracterização por Grupo Alvo dos Destinatários das Acções**

Finalmente e relativamente aos destinatários por grupo alvo, conforme apresenta o gráfico seguinte, destacam-se com maior peso os seguintes grupos-alvo: crianças e jovens e elementos da comunidade em que os projectos se inserem, prefazendo 67% do total dos beneficiários. No pólo oposto encontram-se os Sem Abrigo, Pessoas com Doença Mental, Pessoas com deficiência, Toxicodependentes e Pessoas com HIV/Sida totalizando 5 %.



3.2.2 MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES

Durante o período em que decorreu a presente Medida, o volume financeiro correspondente foi de 702.874,79 Euros, para um total de 152 projectos aprovados. A sua distribuição apresenta-se do seguinte modo:

	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Valor Aprovado em Contrato-Programa	721.321,99 €					
Valor Executado	213.176,71 €	431.868,28 €	55.704,23 €	1.696,87 €	428,70 €	702.874,79 €
Taxa de Execução	29,55%	59,87%	7,73%	0,23%	0,06%	97,44%

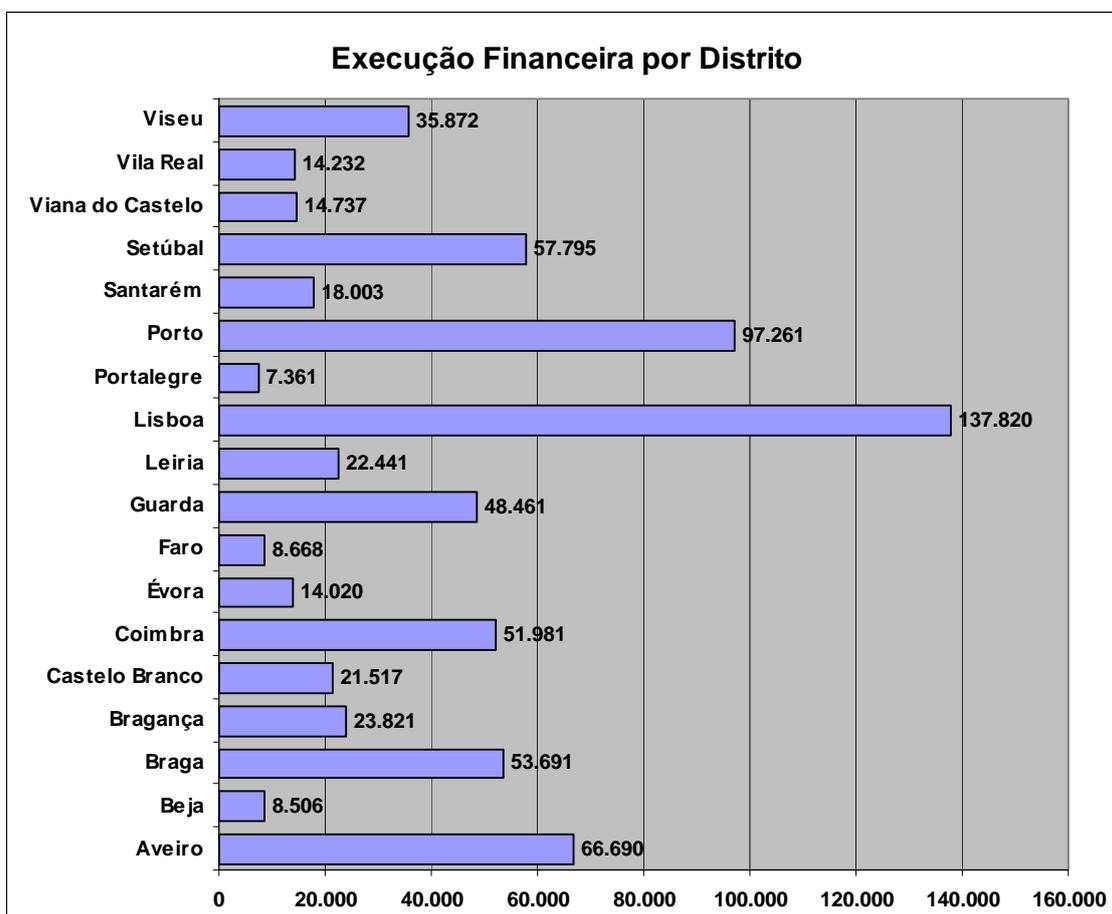
Se compararmos os valores anuais apresentados em relatórios anteriores, poder-se-á constatar que todos os valores constantes deste quadro sofreram alterações, com excepção dos valores relativos aos anos de 2006 e 2007.

A razão para estas variações prende-se em primeiro lugar com a alteração no número de projectos aprovados, que alterou consequentemente o valor aprovado para a Medida 2.1. Para além disso, em resultado das acções de acompanhamento efectuadas aos projectos, foram detectadas situações irregulares que levaram à redução de financiamento em alguns projectos. Desta forma, o montante de despesa considerado como não elegível foi deduzido nos anos em que essa mesma despesa havia sido executada. Uma dessas situações diz respeito ao projecto n.º 197/2.1/ISSS/SAN, que acabou por ser revogado, levando à diminuição da execução no ano de 2004 de 4.829,35 Euros. À semelhança deste, também em 2005, a execução baixou 2.947,99 Euros, na sequência das visitas de acompanhamentos anteriormente citadas, efectuadas aos projectos 13/2.1/ISSS/LIS e 20/2.1/ISSS/LIS. Por contrapartida, no ano de 2008, foi ainda apresentada despesa relativamente a um 2.º Pedido de Pagamento e a um 3.º Pedido de Pagamento dos projectos 337/2.1/ISSS/SET e 13/2.1/ISSS/LIS.

Através da análise do quadro acima, conclui-se que entre 2004 e 2006, foi executada a quase totalidade da despesa, sendo os valores relativos a 2007 e 2008 meramente residuais.

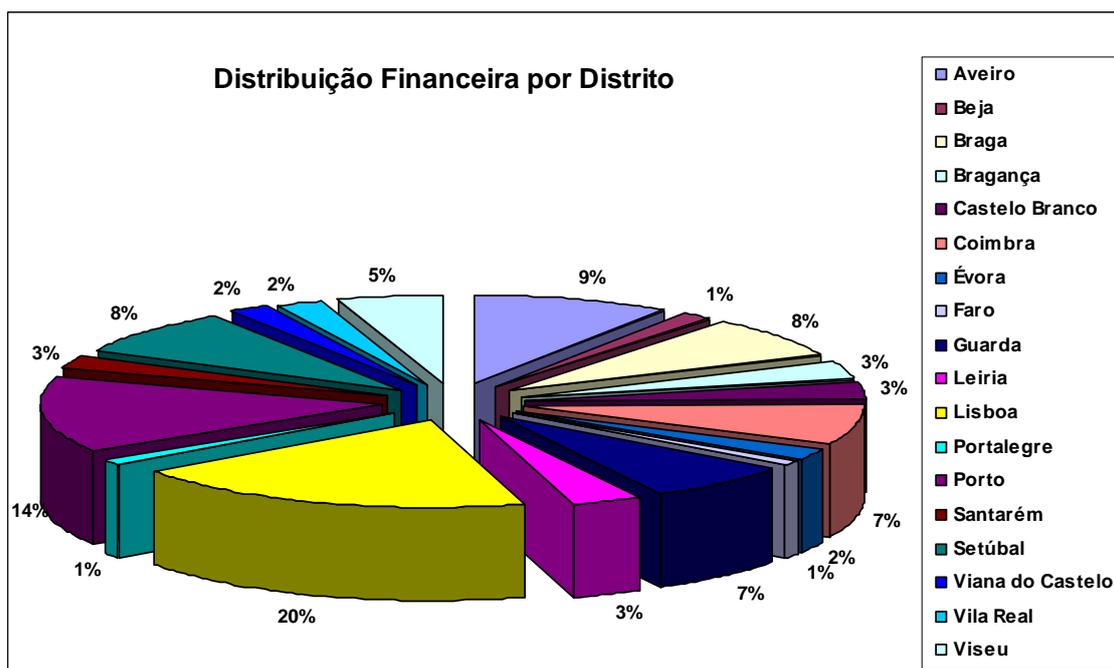
O Contrato-Programa encerra com uma taxa de execução na ordem dos 97%, no âmbito da Medida 2.1.

O montante global executado é afecto a cada um dos Distritos no gráfico abaixo, de forma a observar-se a execução financeira por Distrito.



Da análise do gráfico destaca-se o Distrito de Lisboa, com o maior valor de despesa apresentado. Também os Distritos de Porto, Aveiro e Setúbal registaram uma execução financeira significativa, em termos absolutos. Tal é justificado pelo facto de terem um maior número de projectos aprovados, em comparação com outros Distritos.

A distribuição financeira por Distrito da execução pode ainda ser observada em termos percentuais, no gráfico seguinte:



Os Distritos que tiveram um maior peso em termos financeiros foram: Lisboa, com 20% do montante total executado, Porto com 14%, Aveiro com 9%, Braga e Setúbal com 8% e por fim Coimbra e Guarda com cerca de 7%.

Para finalizar, apresentamos ainda uma tabela comparativa entre os montantes aprovados e os montantes executados em cada um dos distritos.

Distrito	N.º de projectos	Montante Aprovado	Montante Executado	Taxa de Execução
Aveiro	14	67.311,19	66.689,51	99,08
Beja	2	8.505,63	8.505,63	100,00
Braga	12	54.154,22	53.690,82	99,14
Bragança	5	24.079,86	23.820,95	98,92
Castelo Branco	5	21.516,91	21.516,91	100,00
Coimbra	11	53.095,27	51.980,77	97,90
Évora	3	14.343,69	14.019,78	97,74
Faro	2	8.721,83	8.668,04	99,38
Guarda	9	49.259,40	48.461,45	98,38
Leiria	5	22.574,48	22.441,05	99,41
Lisboa	31	147.488,58	137.820,10	93,44
Portalegre	2	7.422,43	7.360,87	99,17
Porto	20	100.465,82	97.260,58	96,81
Santarém	5	18.012,30	18.002,58	99,95
Setúbal	13	59.365,41	57.795,45	97,36
Viana do Castelo	3	14.736,51	14.736,50	100,00
Vila Real	2	14.231,83	14.231,83	100,00
Viseu	8	36.036,63	35.871,97	99,54
Total	152	721.321,99	702.874,79	97,44

Destacam-se os distritos de Beja, Castelo Branco, Viana do Castelo e Vila Real com a execução a atingir os 100%, no entanto todos os distritos apresentaram uma taxa de execução acima dos 96%, pelo que se conclui que houve praticamente uma execução plena de todos os projectos, em termos financeiros.

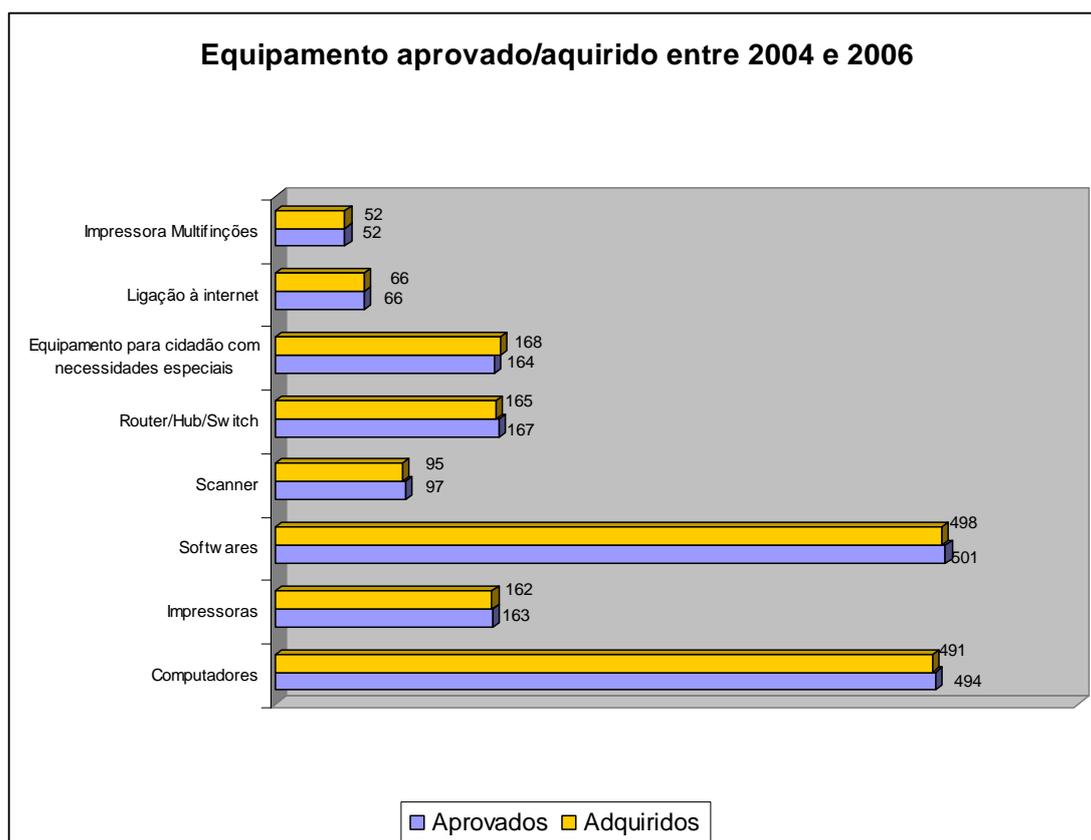
Do ponto de vista físico, e conforme o seguinte quadro, foram adquiridos os seguintes equipamentos informáticos:

Equipamento adquirido entre 2004 e 2006																		
Distritos	Nº Projecto Aprovados	Equipamento																TOTAL
		Computador	Impressora	Impressora multifunções	Software	Scanner	Router/ Hub /Switch	Equipamentos activos de rede	Equip. Cidadão com NE								Ligação à Internet	
									Monitor	Teclado	Leitor de Ecrã	Impressora	PT Voz Activa	Rato	Softwares	Outros		
Aveiro	14	46	16	4	53	9	14	3	7	1	0	0	0	3	16	3	7	182
Beja	2	6	4	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15
Barga	12	38	14	2	38	8	18	11	1	0	0	0	0	0	1	5	5	141
Bragança	5	15	6	1	10	3	5	3	0	0	1	0	1	0	0	0	2	47
Castelo Branco	5	14	5	0	13	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	45
Coimbra	11	35	11	1	54	8	13	2	1	1	2	0	0	6	1	0	5	140
Évora	3	9	3	0	11	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	28
Faro	2	7	3	0	7	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Guarda	9	18	5	0	8	3	5	10	0	1	0	0	0	1	5	0	2	58
Leiria	5	13	5	1	17	4	9	3	0	0	0	0	0	0	4	12	1	69
Lisboa	33	123	26	34	97	19	35	16	3	1	0	0	0	0	6	13	11	384
Portalegre	2	6	2	0	1	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	16
Porto	20	67	28	0	71	13	19	8	3	1	0	0	6	2	1	37	11	267
Santarém	6	12	9	3	17	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	52
Setúbal	13	39	9	5	60	5	12	0	0	1	0	0	0	0	4	2	5	142
Viana Castelo	3	9	5	0	7	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	29
Vila Real	2	7	1	0	6	1	3	4	0	0	3	0	0	1	0	0	3	29
Viseu	9	27	10	1	28	6	9	1	2	0	0	0	0	0	0	5	2	91
TOTAL	156	491	162	52	498	95	165	62	17	6	6	0	7	13	38	77	66	1755

Sobressai assim, a aquisição de 491 computadores, 214 impressoras (52 delas multifunções), 498 licenças de software.

De salientar ainda, no que respeita a cidadãos com necessidades especiais, foram adquiridos um total de 168 equipamentos específicos (monitores, teclados, leitores de ecrã, ratos, software e outros).

Se compararmos os equipamentos aprovados em candidatura com os valores executados entre 2004 e 2006, podemos constatar que os equipamentos para pessoas com necessidades especiais adquiridos ultrapassaram as quantidades aprovadas. Podemos verificar igualmente que todos os componentes se aproximam dos 100% de execução.



4. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO PROGRAMA CLIQUE SOLIDÁRIO

Dando cumprimento ao disposto na legislação nacional e comunitária que enquadra o financiamento concedido por fundos comunitários em termos de informação e publicidade, ao longo do desenvolvimento do Programa Clique Solidário foram desenvolvidas diversas actividades de publicitação, entre as quais se destaca:

- Elaboração de um cartaz com a imagem identificativa do Programa Clique Solidário, o qual foi distribuído em todos os espaços internet financiados no âmbito deste Programa;
- Publicitação de artigos na Revista Pretextos nº17;
- Participação na "1ª Mostra de Boas Práticas do Fundo Social Europeu" organizada pelo IGFSE que teve lugar no dia 22-06-2006 no Pavilhão de Portugal;
- Participação em publicações do IGFSE;
- Participação no workshop subordinado ao tema: "i2010 – Trabalho preparatório da agenda portuguesa para iniciativas de e-inclusão em 2007" organizado pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro que teve lugar a 28 e 29 de Novembro de 2005;
- Participação na sessão subordinada ao tema "A Internet na Idade Sénior" organizada pela EDVDigital que teve lugar a 26-10-2006;
- Participação no "3º Encontro Nacional de Espaços Internet" promovido pela UMIC, que teve lugar a 03 e 04-11-2006 na FIL;
- Participação na "Mostra de Cartazes dos Espaços Internet" promovida pelo POS_C e integrada na Exposição de Espaços Internet nos dias 3 e 4 de Novembro de 2006;
- Produção do vídeo institucional subordinado ao tema "Espaços Internet – Evolução dos Espaços Internet em Portugal" produzido pelo POS_C e apresentado no 3º Encontro Nacional de Espaços Internet;
- Produção e divulgação do filme sobre o Programa Clique Solidário;
- Encontros de Trabalho Clique Solidário.

Para além destas actividades, realça-se ainda que todos os documentos criados no âmbito deste Programa, quer pelo ISS, quer pelas entidades promotoras, foram devidamente identificados com o logótipo do POS_C, a insígnia da União Europeia e o financiamento pelos Fundos Estruturais.

Também o equipamento financiado no âmbito da Medida 2.1. a cada uma das entidades beneficiárias foi identificado com os autocolantes disponibilizados pelo POS_C e que publicitam o financiamento.

Por último, após o encerramento dos projectos e respectivo tratamento dos dados físicos e financeiros do Programa, foi publicitada na Revista *Pretextos* n.º 35 uma notícia que faz um balanço global da execução dos projectos (ver *Anexo I*).

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Conforme referenciado nos relatórios anuais de execução do Programa, no âmbito da Medida 2.1 – Acessibilidades, financiada pelo FEDER, os dados relativos à execução dos projectos FEDER, desde a aprovação até ao encerramento, foram carregados no Sistema de Informação disponibilizado para o efeito (SIFEC, que foi posteriormente substituído pelo SIGPOSC).

No que diz respeito à Medida 1.1 – Competências Básicas, financiada no âmbito do FSE não foi disponibilizado pelo POS_C qualquer sistema de informação para o carregamento dos dados.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Medida Assistência Técnica, pressupõe a apresentação de orçamento anual para aprovação do Gabinete de Gestão do POS_C e visa apoiar financeiramente o Instituto de Segurança Social para o acréscimo de trabalho que decorre do contrato-programa "*Clique Solidário*".

Em 2002 e 2003, as despesas ocorridas deveram-se à preparação da candidatura, à abertura das mesmas e à criação dos respectivos instrumentos de trabalho (formulários de candidatura e de prestação de contas). Nos anos seguintes, a grande fatia dos gastos deveu-se às remunerações com pessoal afecto e deslocações dos mesmos a visitas de acompanhamento aos projectos, bem como o aluguer das instalações onde se encontra a equipa técnica do Programa.

No ano de 2006, também se realizou um Encontro de Trabalho que pretendia fazer uma retrospectiva do Programa, no qual foi visionado um filme e dados exemplos de Boas Práticas.

Neste contexto, pretende-se, com o quadro seguinte, sintetizar a execução ocorrida acumulada, no montante de 756.807,48 €, correspondente a uma taxa de 69,90%.

Ano	Aprovado	Executado	Taxa de Execução
2002	145.368,61 €	10.224,66 €	7,03%
2003	145.368,60 €	120.089,34 €	82,61%
2004	271.937,08 €	156.244,31 €	57,46%
2005	140.000,00 €	140.574,37 €	100,41%
2006	200.000,00 €	162.718,31 €	81,36%
2007	180.000,00 €	166.956,49 €	92,75%
Total	1.082.674,29 €	756.807,48 €	69,90%

Muito embora a execução tenha sido inferior ao valor aprovado, a mesma teve uma execução elevada em quase todos os anos, excepto no ano de 2002 e 2004, o que se prendeu ao facto do ano de 2002 ter sido o ano de arranque da preparação do Programa e ao ano de 2004 ter sido o primeiro ano de execução dos projectos.

CONCLUSÃO

Fazendo um balanço da actividade prevista para as Fases I e II do Programa Clique Solidário, é possível concluir que a maioria dos objectivos previstos foram alcançados, quer em termos de número de destinatários, quer em termos de acções de formação e certificação realizadas, quer em número de DCB's atribuídos.

A execução financeira acumulada do Contrato-Programa representa, assim, cerca de 90% do montante aprovado, facto que se justifica pela dedicação demonstrada pelas entidades beneficiárias no desenvolvimento dos projectos e à forte aderência dos destinatários das acções.

Contribuiu, igualmente, para a elevada execução, tanto física como financeira, o apoio e acompanhamento realizado a todos os projectos pelo ISS, I.P., o qual permitiu que, de uma forma antecipatória, fossem detectadas eventuais situações que pudessem comprometer o bom desenvolvimento dos projectos.

Ao dotar de competências básicas os menos aptos ou menos dotados de recursos, actuando de forma preventiva junto das franjas mais marginalizadas da população, o Programa Clique Solidário constituiu um importante contributo para a promoção da literacia digital.

Por todos estes motivos, o Clique Solidário foi considerado um projecto de sucesso pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, tendo sido alvo no passado dia 5 de Junho de 2009 de uma visita de acompanhamento pela Comissão Europeia, para demonstração de resultados, a qual incluiu também um projecto financiado pelo Programa (ver Ordem de Trabalhos e apresentação realizada no Anexo II)

ANEXOS

ANEXO I

Notícia publicitada na Revista *Pretextos* n.º 35

CLIQUE SOLIDÁRIO – Um projecto de sucesso na promoção da literacia digital

O Programa Clique Solidário decorreu de um contrato-programa celebrado entre o Instituto da Segurança Social e o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, que teve como objectivo contribuir para a criação de uma sociedade de informação inclusiva.

Com este propósito, entre os anos 2003 e 2007, foi atribuído um financiamento a instituições sem fins lucrativos que actuam na área da solidariedade social para aquisição de equipamento para instalação de um espaço internet no qual decorreriam acções de natureza formativa conducentes à certificação de competências básicas em tecnologias de informação.

Foram criados 159 espaços de acesso gratuito à internet e abertos à comunidade em todo o território nacional, alguns dos quais apetrechados com equipamentos para cidadãos com necessidades especiais.

O Programa abrangeu 65.281 destinatários, dos quais 50.360 frequentaram acções de natureza formativa e 52.953 acções de certificação, tendo sido atribuídos 52.092 Diplomas de Competências Básicas em Tecnologias de Informação.

Os destinatários abrangidos correspondem a grupos alvo diferenciados, sendo de realçar a participação de grupos mais vulneráveis como crianças e jovens em risco, desempregados, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, pessoas com deficiência, sem-abrigo, toxicodependentes e portadores do vírus HIV/SIDA. De assinalar também a participação dos idosos, que concorreu para a promoção do contacto inter-geracional nos espaços.

O Clique Solidário foi considerado um projecto de sucesso pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e pela Comissão Europeia uma vez que constituiu um importante contributo para a promoção da literacia digital, ao dotar de competências básicas os menos aptos ou menos dotados de recursos, actuando de forma antecipatória e preventiva junto das franjas mais marginalizadas da população.

Andreia Duarte

Gabinete de Apoio a Programas

Instituto da Segurança Social, I.P.

andreia.f.duarte@seg-social.pt

ANEXO II

Apresentação do Programa Clique Solidário à Comissão
Europeia



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



ENQUADRAMENTO



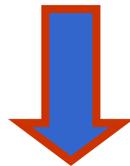
- Contrato-Programa entre o ISS, IP e o POS_C
- Criação de uma sociedade de informação inclusiva



Medidas de Financiamento



Medida 1.1
Competências Básicas



FSE



Acções de natureza
formativa conducentes
à atribuição de DCB's

Medida 2.1
Acessibilidades



FEDER



Aquisição de
equipamento para
instalação de um
espaço internet



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais

POS CONHECIMENTO
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Objectivos Gerais



-  Promover o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação de públicos desfavorecidos
-  Favorecer a introdução das novas tecnologias de informação na generalidade das instituições de solidariedade, melhorando a sua gestão global
-  Criar uma “rede” entre instituições que permita a troca permanente de informação e de conhecimento
-  Contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação e para o combate à info-exclusão
-  Actuar numa perspectiva antecipatória, contornado os riscos de exclusão e melhorando a coesão





- ▶ 18 Distritos
- ▶ 160 Projectos Medida 1.1
- ▶ 152 Projectos Medida 2.1



Entidades Beneficiárias



☐ Instituições sem fins lucrativos que actuam na área da solidariedade social:



- *IPSS*
- *Fundações*
- *Cooperativas*
- *Associações de Desenvolvimento*



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais





EXECUÇÃO

Medida 1.1 (FSE)

2004-2007



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Objectivo Específico



 Desenvolver acções de natureza formativa que visem a atribuição do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação (DCB)

DCB = Forma de validação formal de competências básicas em Tecnologias de Informação que contribuam para um exercício pleno da cidadania



Execução Física



Foram abrangidos:

- 65.281 pessoas
- 50.360 destinatários de acções de natureza formativa
- 52.953 destinatários de acções de certificação



Foram atribuídos:

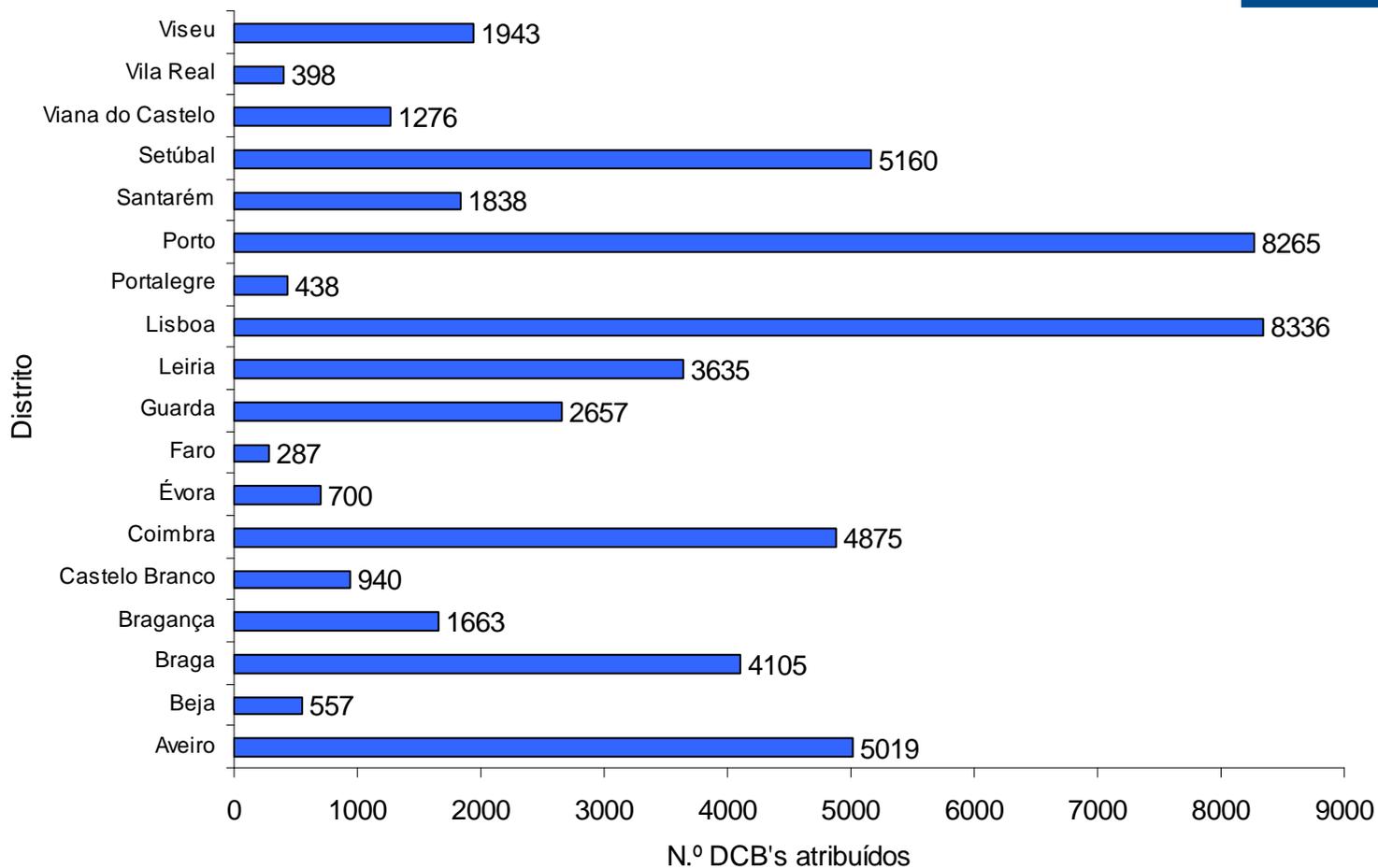
52.092 DCB's



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



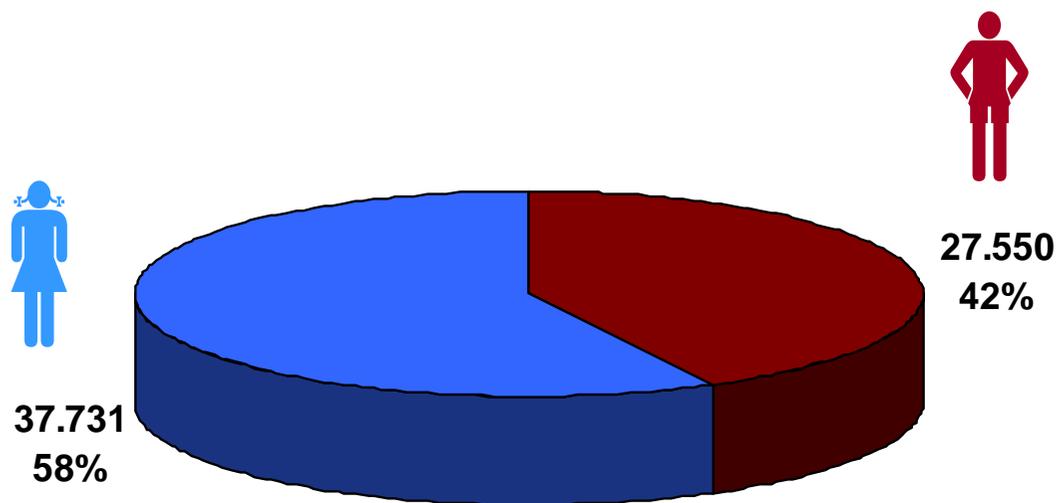
DCB's atribuídos por Distrito



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



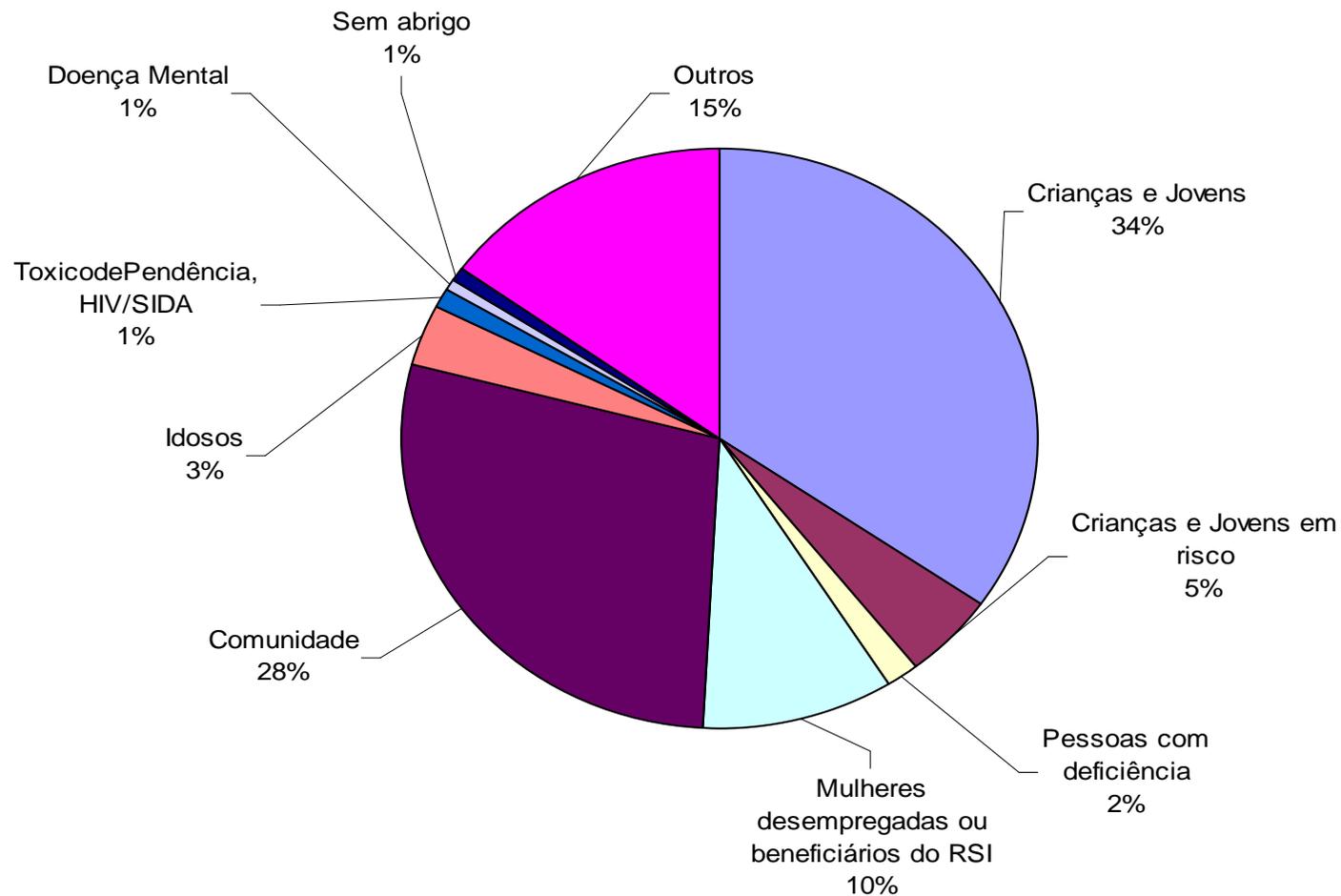
Distribuição dos destinatários abrangidos por género



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



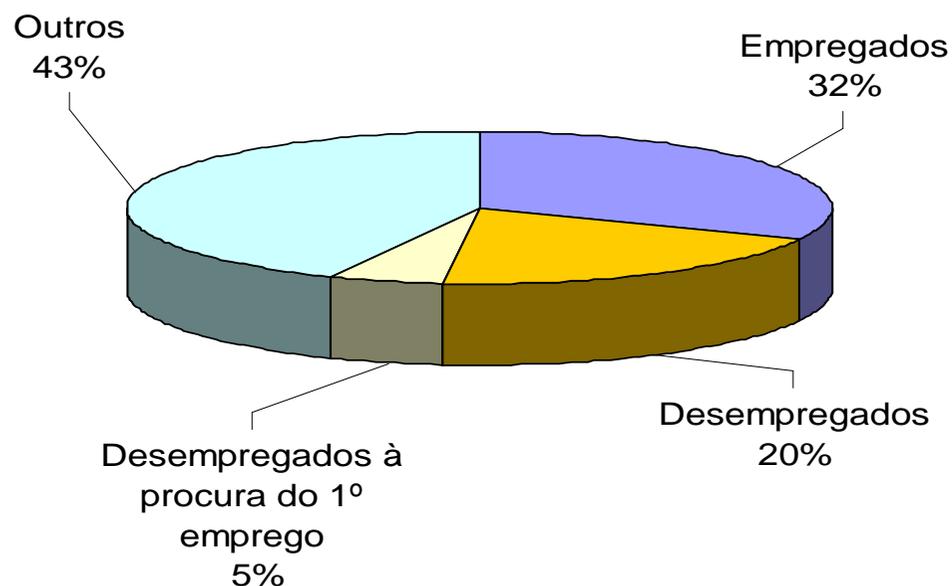
Distribuição dos destinatários abrangidos por grupo alvo



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



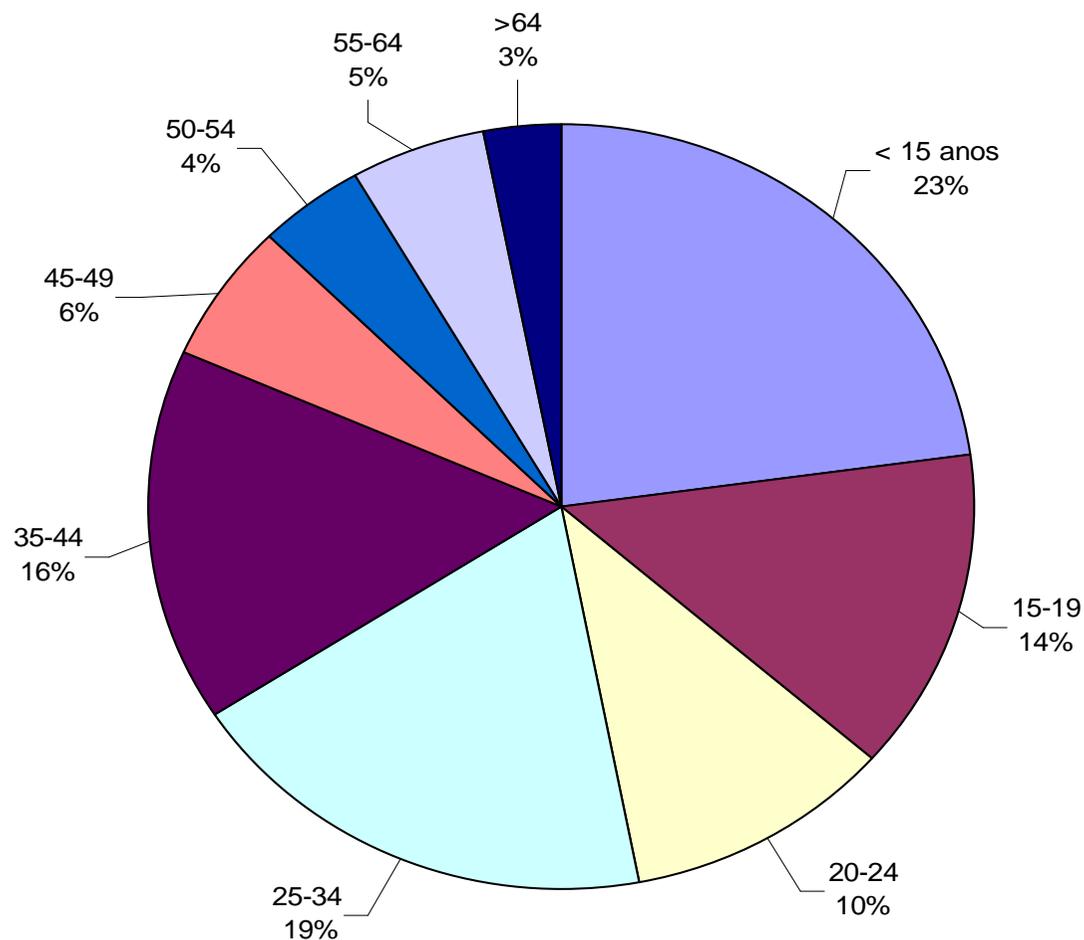
Distribuição dos destinatários abrangidos por situação face ao emprego



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Distribuição dos destinatários abrangidos por grupo etário



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Distribuição das Acções de Natureza Formativa por distrito



Distrito	Nº de acções	Nº de Destinatários	Volume de Formação
Aveiro	1.494	5.370	69.376
Beja	175	521	7.022
Bragança	942	2.851	32.390
Braga	881	2.611	27.964
Castelo Branco	221	704	10.419
Coimbra	1.300	4.450	57.595
Évora	150	443	5.301
Faro	70	207	2.505
Guarda	596	1.932	24.351
Leiria	666	2.857	34.284
Lisboa	3.371	10.486	126.832
Portalegre	122	379	2.429
Porto	2.814	8.287	104.808
Santarém	578	1.838	21.695
Setúbal	1.764	4.829	65.063
Viana de Castelo	203	602	7.554
Vila Real	100	340	3.473
Viseu	513	1.653	28.080
TOTAL	15.960	50.360	631.141



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Execução Financeira



Euros

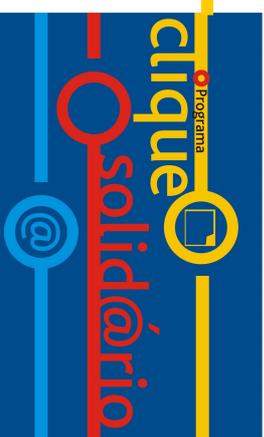
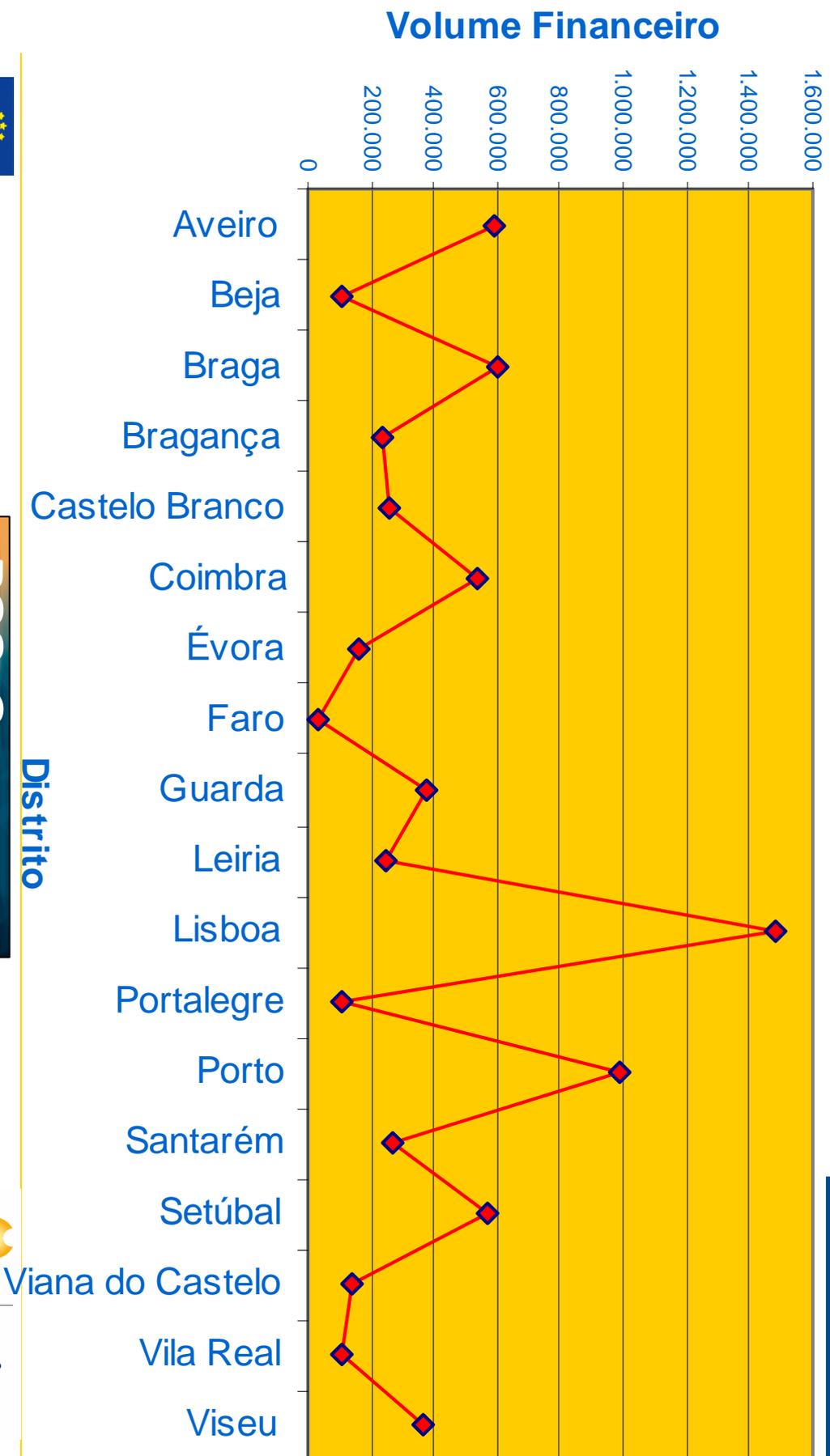
	2004	2005	2006	2007	Total
Valor Aprovado	1.463.707,84	2.237.825,12	2.287.846,86	2.051.936,46	8.041.316,28
Valor Executado	1.230.401,77	2.009.098,16	2.046.387,46	1.885.581,83	7.171.469,22
Taxa de Execução	84%	90%	89%	92%	89%



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Distribuição Financeira por Distrito



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



EXECUÇÃO

Medida 2.1 (FEDER)

2003-2007



Equipamento Financiado



Equipamento	Previsto	Executado	Taxa de Execução
Computadores	452	494	109%
Impressoras / Scanners	294	312	106%
Softwares	174	501	288%
Router / Hub / Switch	149	167	112%
Equipamentos para Cidadãos com Necessidades Especiais	21	164	781%
Equipamentos activos de rede	0	62	6.200%
Ligação à Internet	122	66	54%



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Execução Financeira



Euros

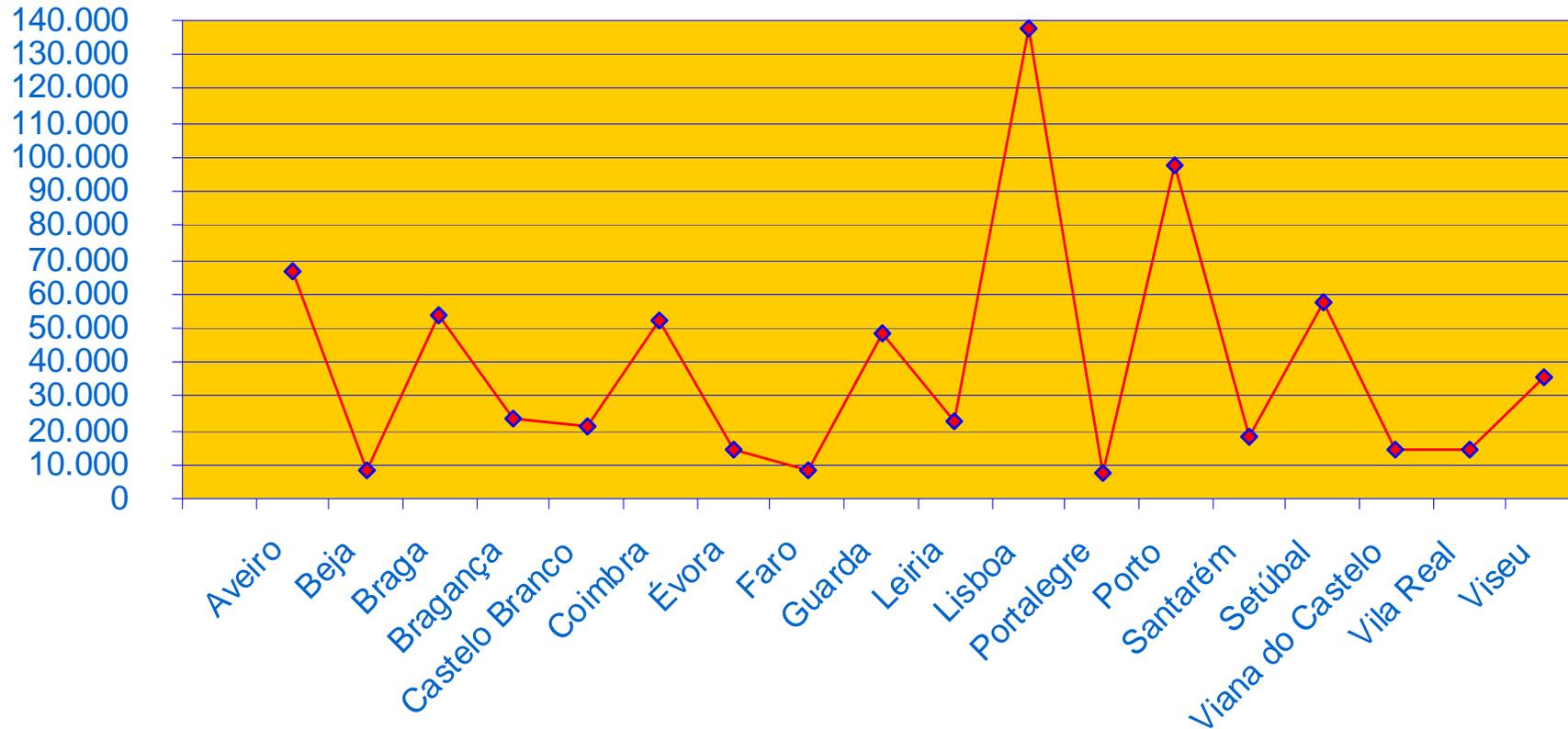
	Ano de 2004	Ano de 2005	Ano de 2006	Ano de 2007	Total
Valor aprovado	739.985,80				
Valor Executado	213176,71	431868,28	55704,23	2125,57	702874,79
Taxa de Execução	28,81%	58,36%	7,53%	0,29%	94,98%



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Distribuição Financeira por Distrito



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



ACOMPANHAMENTO AOS PROJECTOS



Acompanhamento aos Projectos



Realizado pelos técnicos dos 18 CDist.'s



- ❑ Elaboração de um Manual de Orientações para a Realização de Acções de Acompanhamento aos Projectos, que inclui:
 - Formulário de Acompanhamento FSE e FEDER
 - Relatório de Acompanhamento FSE e FEDER
 - Minuta do ofício de envio dos Relatórios de Acompanhamento às entidades promotoras

- ❑ Realização de reuniões de trabalho e visitas conjuntas (equipa central e CDist.'s)



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Acompanhamento aos Projectos



O acompanhamento foi realizado em duas vertentes:

- parte técnico-pedagógica
- parte contabilístico-financeira



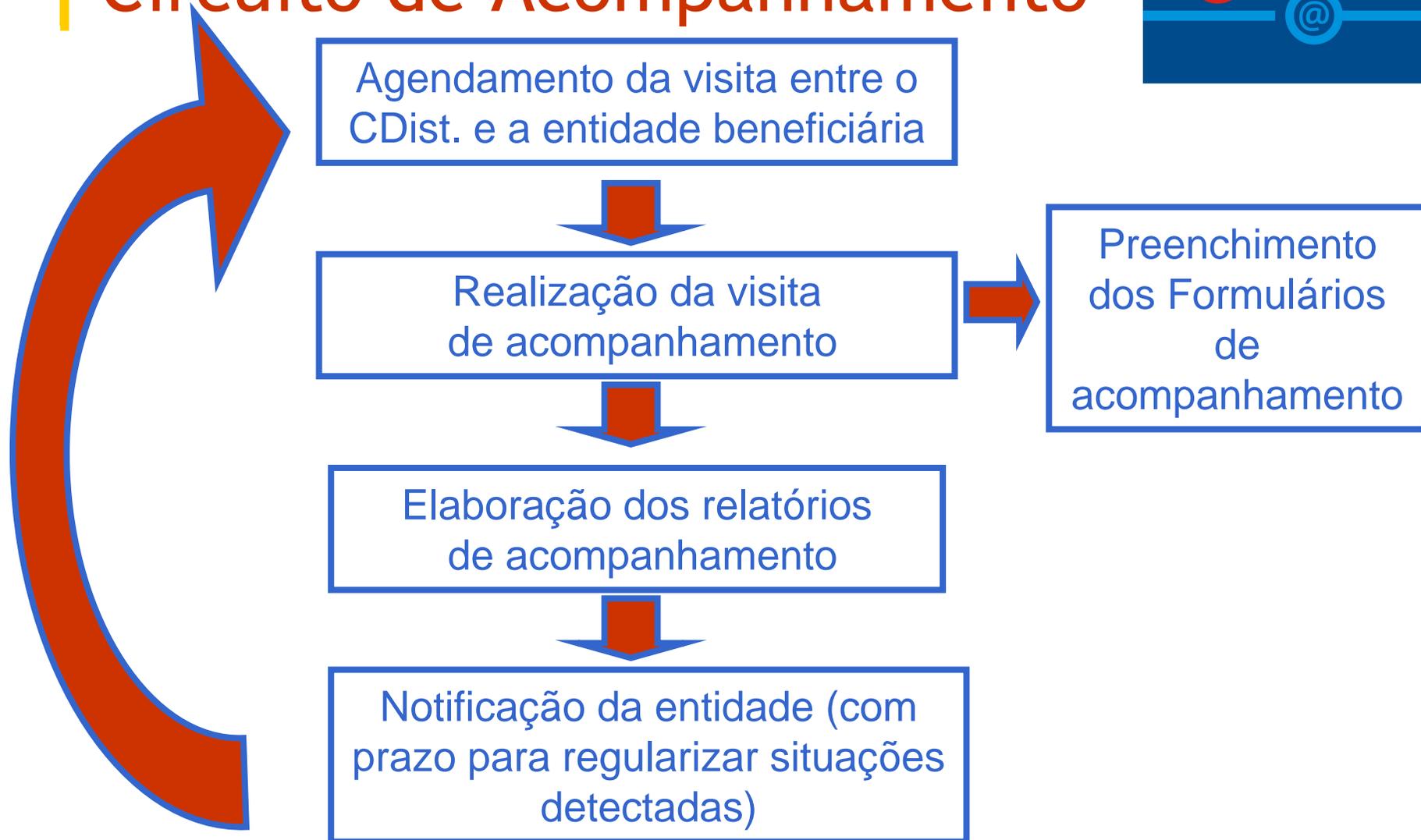
Obrigatoriedade de técnicos das duas áreas para efectuar a acção correctamente



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Circuito de Acompanhamento



Acompanhamento aos Projectos



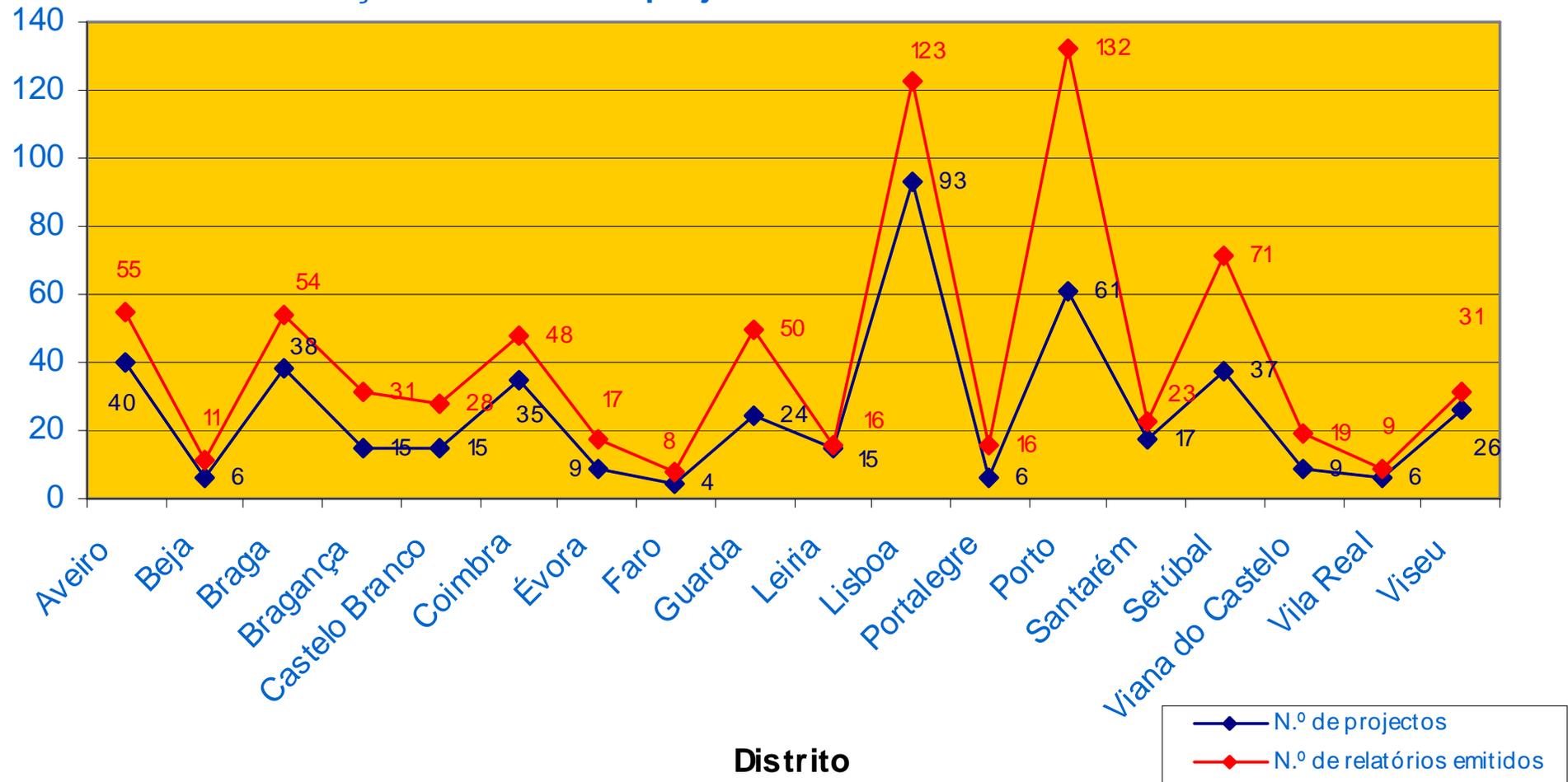
Quadro resumo N.º visitas de acompanhamento/Ano:

Ano	FSE	FEDER	TOTAL
2004	10	10	20
2005	63	63	126
2006	220	220	440
2007	230	0	230
TOTAL	523	293	816



Acompanhamento aos Projectos

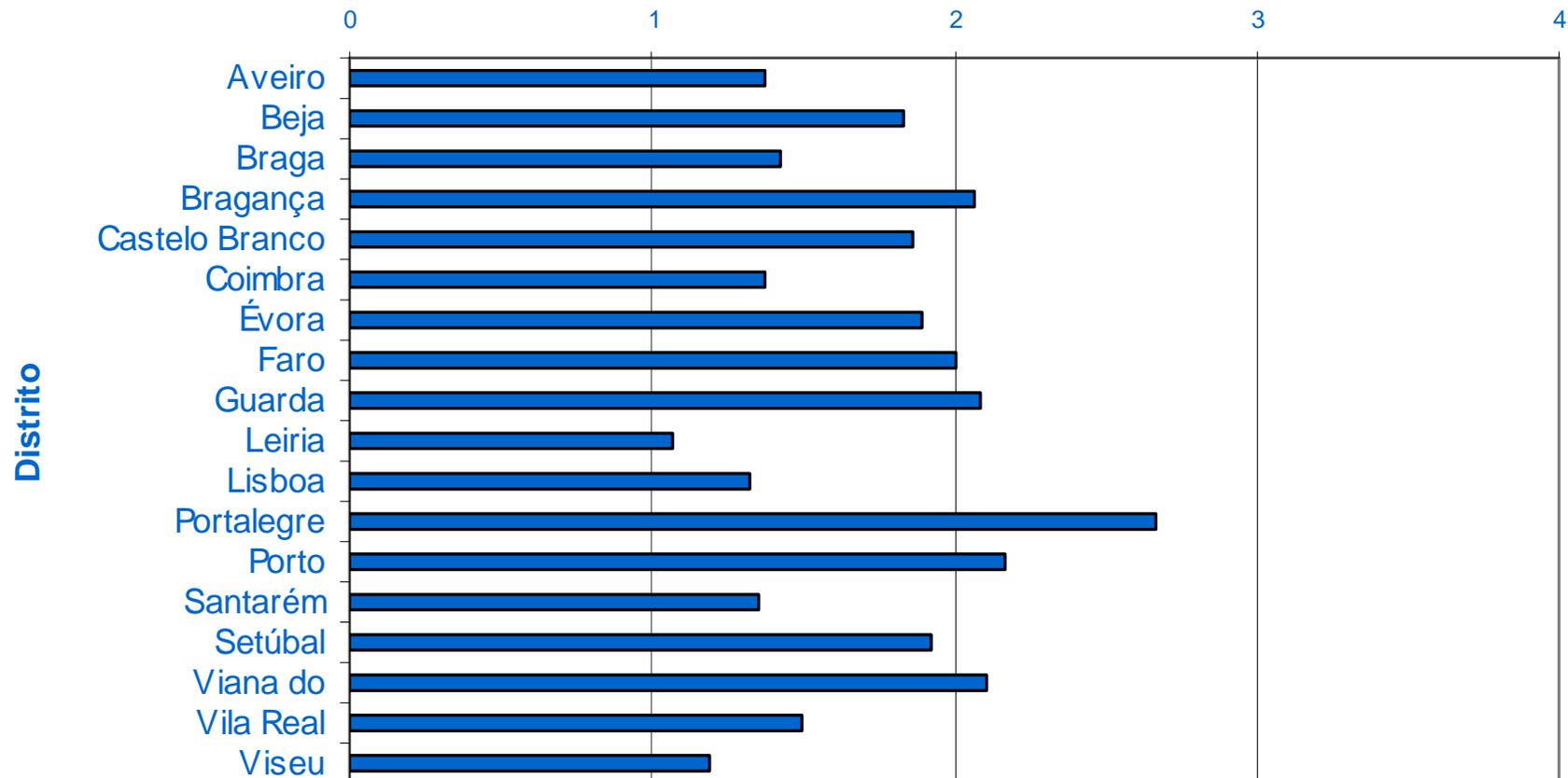
Relação entre o N.º de projectos e o N.º de relatórios emitidos



Acompanhamento aos Projectos



N.º médio de relatórios por projecto



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



FIM



OBRIGADO PELA ATENÇÃO!



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais





UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais



Programa Clique Solidário

Vista de Acompanhamento

Ordem de Trabalhos

10h00 – Recepção aos participantes (R. Castilho, n.º 5 - r/c, Lisboa)

10h15 – Início dos trabalhos

Mensagem do Conselho Directivo do ISS, I.P.

Apresentação do projecto "Clique Solidário"

Apresentação do filme sobre impactos do projecto

11h15 – Partida para visita de acompanhamento (Quinta do Paraíso – Bairro do Zambujal, Alfragide, Amadora)

11h30 - Visita de acompanhamento à Fundação AFID Diferença (entidade beneficiária do "Clique Solidário")

12h30 – Fim dos trabalhos